



Anais da Assembléia

Nº 185

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 15 DE DEZEMBRO DE 1992

ANO XVIII

MESA DIRETORA

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

ALGACI TÚLIO

1º Vice-Presidente - PDT

HEINZ GEORG HERWIG

2º Vice-Presidente - PSDB

JOÃO BATISTA DE ARRUDA

1º Secretário - PFL

ADEMAR LUIZ TRAIANO

2º Secretário - PTB

DALTON MACHUCA

3º Secretário - PL

LOURENÇO FREGONESE

4º Secretário - PRN

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado ORLANDO PESSUTI
PRN	Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS
PFL	Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
PDT	Deputado PAULO MAIA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
PT	Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PST	Deputado GERALDO CARTÁRIO

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kleise Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Nelvo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antônio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes:** PFL e PRN: Jôlio Bufon - José da Silva Reis - Volimir Mirão Maistrovicz; **PDT - 08:** César Augusto Carolo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Ormário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Placentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 08:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Emani Pudeff (Licenciado) - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - • Lygia Lumina Pupatto - **Suplentes:** Perides de H. Melo; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Caio Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo. - (•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 125ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 1992**

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emilia Belinati, Erondy Silvério, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Alves, José Artur Ritti, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessutti, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Renato Adur, Rossoni e Toti Colaço (47). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Albino Corazza, Colombino Grassano, Ernani Pudell, Plauto Mirô Guimarães, Rafael Greca de Macedo e Severino Félix (06). Em licença o Senhor Deputado Algaci Túlio (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETARIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encontra-se na Galeria de Honra, o Dr. Luís Eduardo Cheida, novo Prefeito de Londrina, acompanhado do Presidente do PT daquela cidade. A Mesa registra com satisfação essa visita e vai suspender por cinco minutos a Sessão, para que os Srs. Deputados possam cumprimentar.

(Reabre-se a Sessão)

A Sessão está reaberta.

Convoca o Sr. 1º Secretário para proceder à leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETARIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

Mensagens:

MENSAGEM Nº 151/92

Curitiba, 14 de dezembro de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V.Exa., para ser submetido à apreciação dessa Augusta Casa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva instituir a Taxa Ambiental pelos serviços de responsabilidade do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, assim como a expressa revogação dos dispositivos que especifica.

A medida legal preconizada no plano de lei ora encaminhado consulta aos superiores interesses da Administração e decorre de expediente a mim dirigido pelo Secretário de Estado da Fazenda e pelo Secretário de Estado do Meio Ambiente, cujo teor é adiante transcrito:

"Tendo em vista ajustar e atualizar o sistema de Taxas pelo exercício do poder de polícia e pela prestação de serviços públicos, a Secretaria da Fazenda e o Instituto Ambiental do Paraná - IAP, desenvolveram estudos que resultaram nas proposições dos dois Anteprojetos de Lei, que encaminhamos a V.Exa..

A primeira consiste na revogação da legislação relativa a taxas e fundos concernentes a questão de terras que, apesar de se encontrar em desuso, demanda os mesmos controles contábeis que os tributos em vigor, implicando em custos administrativos, especialmente de processamento de dados.

A segunda objetiva a organização de um único sistema para a cobrança de taxas e serviços de responsabilidade do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, visando sua modernização, agilização e atualização dos valores, em UPF/PR., bem como a melhoria do desempenho dos serviços prestados pelo Instituto."

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V.Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica instituída a Taxa Ambiental, tendo como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou a utilização de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte, ou posto a sua disposição, pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

Art. 2º - A base de cálculo da Taxa Ambiental é o custo do serviço quantificado em UPF/PR (Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná), e o seu valor é apurado mediante a aplicação das alíquotas próprias, constantes das Tabelas Anexas.

Art. 3º - A Taxa é dívida por ocasião

do requerimento, sendo utilizada a UPF/PR da data do efetivo pagamento.

Art. 4° - Fica isenta da Taxa Ambiental a inspeção florestal prestada a imóveis rurais localizados em áreas protegidas por leis específicas e a imóvel com área de até 15 ha., quando residência fixa do contribuinte.

Art. 5° - Os recursos oriundos da Taxa Ambiental serão destinados ao Instituto Ambiental do Paraná, para o desenvolvimento de sua capacidade técnica e operacional.

Art. 6° - Ficam revogadas as Leis n°s 947, de 11 de outubro de 1952, 6.322, de 02 de outubro de 1972, 1.041, de 10 de novembro de 1952, 4.596, de 02 de julho de 1962 e 6.321, de 02 de outubro de 1972.

Parágrafo Único - O patrimônio ativo e passivo dos Fundos de que tratam as Leis n°s 4.596, de 02 de julho de 1962 e 6.321, de 02 de outubro de 1972, fica incorporado ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

Art. 7° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TABELA I

LICENÇAS PREVIA, DE INSTALAÇÃO E DE OPERAÇÃO E RESPECTIVAS RENOVAÇÕES

PORTE DO EMPREEN- DIMENTO	PEQUENO	MEDIO	GRANDE	EXCEPCIONAL
COEFICIENTES SOBRE A UPF/PR				
LIC. PREVIA	2,5	3,5	10,0	18,0
LIC. DE INS- TALAÇÃO	2,5	3,5	10,0	18,0
LIC. DE OPE- RAÇÃO	5,0	7,0	12,0	24,0

Na classificação do porte do empreendimento são observados os parâmetros de área construída, investimento total e número de empregados, constantes do Quadro seguinte:

PARAMETROS PARA A CLASSIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO SEGUNDO O PORTE

PORTE DO EM- PREENDIMENTO	PARAMETROS		
	AREA CONSTRUI- TOTAL (m²)	INVESTIMENTO TOTAL (UPF/PR)	Nº DE EM- PREGOS
PEQUENO	Até 2.000	De 2.000 Até 8.000	Até 50
MEDIO	De 2.000 a 10.000	De 8.000 Até 80.000	De 50 Até 100
GRANDE	De 10.000 a 40.000	De 80.000 Até 800.000	De 100 Até 1.000
EXCEPCIONAL	Acima de 40.000	Acima de 800.000	Acima de 1.000

- O Empreendimento será enquadrado pelo parâmetro de maior dimensão dentre os parâmetros disponíveis no momento do requerimento.

- E considerado Investimento Total, o somatório do valor atualizado do investimento fixo e do capital de giro da atividade, convertido em UPF/PR.

TABELA II

INSPEÇÃO FLORESTAL COM QUALQUER FINALIDADE

ÁREA DO IMÓVEL (ha.) E DISTÂNCIA (km) ENTRE O IMÓVEL E O ESCRITÓRIO REGIONAL DO IAP

DISTÂNCIA (km)	ÁREA DO IMÓVEL (ha)						
	0-20/	21-50/	51-100/	101-200/	201-500/	500-1000/+	1000
COEFICIENTES SOBRE A UPF/PR							
0-10	0,5	1,2	2,0	2,6	3,2	3,8	4,3
11-20	0,6	1,3	2,1	2,7	3,3	3,4	4,4
21-30	0,7	1,4	2,2	2,8	3,4	4,0	4,5
31-50	0,8	1,5	2,3	2,9	3,5	4,1	4,6
51-70	0,9	1,6	2,4	3,0	3,6	4,2	4,7
71-100	1,0	1,7	2,5	3,1	3,7	4,3	4,8
101-150	1,1	1,8	2,6	3,2	3,8	4,4	4,9
+150	1,2	1,9	2,7	3,3	3,9	4,5	5,0

TABELA III

ANÁLISES E VISTÓRIAS DE PROJETOS, EIA/ RIMA, ANÁLISES DE RISCO, DECLARAÇÕES DE IMPACTO AMBIENTAL

- FORMULA -

$$N^{\circ} \text{ de UPF/PR} = (A * B * C) + (D * A * E)$$

onde:

- A = Número de Técnicos Envolvidos
- B = N° de horas/homem necessárias para a análise
- C = Valor em UPF/PR de parte do custo da hora/homem dos técnicos convocados para análise, estipulado em 0,3 UPF/PR
- D = Valor das despesas com viagens, estipulado em 5 UPF/PR
- E = N° de viagens necessárias.

TABELA IV

ATOS E SERVIÇOS NÃO INCLUIDOS NAS TABELAS I, II e III

ATOS E SERVIÇOS	Coeficientes a serem aplicados sobre a UPF/PR
PESQUISA PARA CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS AMBIENTAIS	

- Para 01 proprietário ou sócio..... 0,20
- Para mais proprietários ou sócios,acréscimo,para cada um, de..... 0,10

AUTORIZAÇÕES,PERMISSÕES,OUTORGAS, REGISTROS, LICENÇAS E CONSULTAS DIVERSAS..... 0,20

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 153/92

Curitiba, 15 de dezembro de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de V.Exa. para, nos termos do § 4º, inciso II, do art. 61, da Constituição Estadual, convocar essa Augusta Assembléia Legislativa, a reunir-se, extraordinariamente, no período compreendido entre 17 do corrente mês e 15 de janeiro próximo, para o fim especial de apreciar matérias de relevante interesse público, tais como as constantes das Mensagens nºs 112/92, 114/92, 132/92, 140/92, 151/92 e 152/92 e as referentes a abertura de créditos orçamentários, a constante do Projeto de Lei nº 418/92 e outras a serem oportunamente incluídas.

Valho-me do ensejo para apresentar a V.Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MARIO PEREIRA

Governador do Estado, em exercício

A Diretoria Legislativa.

Ofícios:

OFICIO

Sob o nº SGD-C/1604/92, do Senhor FRANCISCO LUIZ SIBUT GOMIDE - Diretor Presidente da COPEL, em resposta ao PEDIDO DE INFORMAÇÕES, solicitada pelo Senhor Deputado JOAO PREIS, sobre "transferência de imóvel da COPEL em Maringá para a Escola Estadual Santa Maria Goretti". Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Sob o nº ATCC 3436/92, do Senhor MAURO ROCHA - Chefe da Casa Civil substituto, em resposta ao PEDIDO DE INFORMAÇÕES, solicitada pelo Senhor Deputado NILTON BARBOSA, sobre "dotação orçamentária para despesas com sentenças judiciais, do Instituto Ambiental do Paraná". Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.

OFICIO Nº 541/92

Senhor Presidente.

Impossibilitado de estar presente aos trabalhos parlamentares deste dia 15 de dezembro, nesta Assembléia Legislativa, tomo a liberdade de solicitar a V.Exa. a gentileza de apresentar justificativa à minha ausência.

Sendo só o que se me oferece no momento, permita-me, ao ensejo, apresentar a V.Exa. as minhas saudações.

Sala das Sessões, em 15.12.92.

(a) MARIO BEZERRA

OFICIO Nº 1402/92

Senhor Presidente.

Através da presente, venho encarecer a V.Exa., sejam adotadas as providências necessárias no sentido de serem abonadas as faltas ocorridas nas sessões plenárias dos

dias 14 e 15.12.92, cuja justificativa prende-se ao fato de estar em tratamento de saúde.

Sendo o que se apresenta, renovo a V.Exa. protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 15.12.92.

(a) SEVERINO FELIX

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2100

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a Preferência de Votação ao Projeto de Lei nº 259/92, que torna obrigatória a execução do Hino Nacional Brasileiro e do Hino do Estado do Paraná, nos estabelecimentos de ensino do Estado.

Sala das Sessões, em 15.12.92.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO Nº 2101

Senhor Presidente.

Os Deputados que subscrevem o presente instrumento, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja dado preferência de discussão e votação, com inversão parcial da Ordem do Dia, da Sessão Ordinária, do dia de hoje, com o projeto de lei nº 410/92, tendo primazia sobre os demais constantes da Ordem.

Sala das Sessões, em 15.12.92.

(a) ELIO RUSCH

Apoio: Domingos Carvalho, Ovídio Constantino, Costenaro Neto e Emilia Belinati.

REQUERIMENTO Nº 2082

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente requerimento, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a inclusão do Projeto de Lei nº 410/92 na Ordem do Dia das sessões do período de convocação extraordinária da Casa.

Sala das Sessões, em 15.12.92.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 2086

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o retorno do ANTEPROJETO DE LEI nº 370/92, que Institui normas para vendas de óleos combustíveis em lojas, supermercados etc. e dá outras providências, para a votação em 2ª discussão na sessão do dia 15 de dezembro de 1.992.

Sala das Sessões, em 15.12.92.

(a) LOURENÇO FREGONESE

Apoio: Luiz Carlos Alborghetti, Geraldo Cartário, Ernani Pudell, Luiz Carlos Martins, João Iensen, Nelson Garcia, Luiz Henrique Bona Turra, Erondy Silvério, Djalma de Almeida César, Carlos Simões, Heinz Herwig, Plauto Miró Guimarães, Domingos Carvalho, Antônio Anibelli, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Renato Adur, Toti Colaço, Dalton Machuca, Elio Rusch, Ademar Traiano, Cleiton Kielse, Orlando Pessuti, Emilia Belinati e Cezar Silvestri.

REQUERIMENTO Nº 2096

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inversão da pauta da presente sessão para discussão e votação.

Sala das Sessões, em 15.12.92.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 2111

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, membros da Comissão Especial Suprapartidária para averiguação de Trabalho Escravo no Paraná, instalada em 29 de abril de 1992, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a prorrogação por mais 90 dias para a referida Comissão poder concluir seus trabalhos, devido a importância da matéria e a necessidade de maior tempo para averiguar e comprovar denúncias encaminhadas à Comissão, visto que por realizar certos trabalhos depende de sigilo e autorização judicial para tal, o que importa em tempo para a tramitação.

Sala das Sessões, em 15.12.92.

(a) OVIDIO CONSTANTINO

Presidente

Membros da Comissão:

(aa) TOTI COLAÇO, MARIO BEZERRA, ELIO RUSCH e PAULO MAIA

REQUERIMENTO Nº 2123

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o plenário, a realização de sessão (ões) extraordinária (s) após a presente sessão, com o objetivo de apreciar, em várias discussões, as matérias que necessitem ter sua tramitação finalizada.

Sala das Sessões, em 15.12.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2106

Senhor Presidente.

O Deputado que assina o presente, atendendo compromissos partidários, estará em Ponta Grossa no dia 15 do corrente.

Para tanto comunica a ausência em Plenário, e respeitosamente REQUER as providências administrativas.

Sala das Sessões, em 15.12.92.

(a) PLAUTO MIRO GUIMARAES

REQUERIMENTO Nº 2089

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER autorização deste Poder Legislativo para, no período de 18 de dezembro do corrente a 10 de janeiro de 1993, ausentar-se desta Casa de Leis, visando atender convite do governo cubano para, em Havana, falar, nos principais centros culturais, sobre sua atuação parlamentar no âmbito de projetos sociais para educação e saúde pública.

Sala das Sessões, em 15.12.92.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO Nº 2089

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Alcindo Dias de Arruda, ocorrido na Cidade de Francisco Beltrão dia 11 de dezembro de 1992, requerendo mais que do ato se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 15.12.92.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Nascido na Cidade de Nonoai-RS em 1909, Alcindo Dias de Arruda mudou-se para Francisco Beltrão - com a esposa, dona Etelvina, e os 5 (cinco) filhos que já possuía - durante o ano de 1946. Ao chegar, trazia a esperança que embala os pioneiros de construir uma nova vida, produtiva e que marcasse a sua existência.

Trabalhou como agricultor e prestou serviços ao Órgão de Segurança do Paraná como Inspetor de Polícia.

Dedicou-se inteiramente à comunidade e à família, criando todos os filhos - somou aos cinco nascidos no Rio Grande do Sul, mais (cinco) nascidos em Francisco Beltrão - dez filhos que deram 18 netos e dois bisnetos.

A todos legou o exemplo de uma vida digna, trabalhosa e honesta, repleta de carinho e dedicação; qualidades que marcaram a comunidade que lhe prestou justas homenagens, às quais associamos o Poder Legislativo do Paraná pelo voto dos Ilustres Pares deste Parlamento.

REQUERIMENTO Nº 2103

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas funções regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário Votos de Congratulações pela passagem de mais um aniversário de Emancipação Política do Município de Faxinal, em 14 de dezembro de 1992.

Sala das Sessões, em 15.12.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2104

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas funções regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Votos de Congratulações pela passagem do 40º aniversário de Emancipação Política do Município de Jandaia do Sul, em 14 de dezembro de 1992.

Sala das Sessões, em 14.12.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2105

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas funções regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Votos de Congratulações pela passagem do 40º aniversário de Emancipação Política do Município de Borrazópolis, em 14 de dezembro de 1992.

Sala das Sessões, em 15.12.92

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2112

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, Voto de Congratulações pelo transcurso de mais um aniversário de Emancipação Política do Município de Barracão, neste dia 14 de dezembro.

Sala das Sessões, em 15.12.92.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Ao emancipar-se política, administrativa e economicamente, o Município de Barracão atendia a um grande interesse estadual representado pela necessidade de subdividir o de Clevelândia que, já ao final da década de 1940 apresentava grandes problemas administrativos devido à enorme extensão territorial. Grande produção de cereais e de suínos, a área de Barracão destacava-se, ainda, pela produção de ervamate o que a manteve numa posição de destaque na economia regional e estadual, além de assegurar-lhe a de legítima guardião da Fronteira com a Argentina. Merece o seu povo a homenagem ora proposta, para a qual contamos com o apoio dos Ilustres Pares e sua participação pelo voto unânime ao pedido.

REQUERIMENTO Nº 2113

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Voto de Congratulações pelo transcurso de mais um aniversário de Emancipação Política do Município de Chopinzinho, neste dia 14 de dezembro.

Sala das Sessões, em 15.12.92.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Neste dia 14 de dezembro, o Povo de Chopinzinho comemora sua emancipação social, econômica, administrativa e política, alcançada há 38 anos. Por sua posição geográfica - favorável à estratégia militar da época - o antigo distrito de Mangueirinha ofereceu abrigo à Colônia Militar Cel. Santiago Dantas, comissionada e encarregada da defesa da fronteira oeste, do que se originou o povoamento da área, também por civis, já no ano de 1839. Desde então o antigo distrito e atual Município vem se destacando na agricultura e na pecuária, participando ativamente na economia regional.

Justifica-se a homenagem ora proposta, para a qual esperamos contar com o apoio e com o voto unânime dos prezados pares.

REQUERIMENTO Nº 2114

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Voto de Congratulações pelo transcurso de mais um aniversário de Emancipação Política do Município de Coronel Vivida, no dia 14 de dezembro.

Sala das Sessões, em 15.12.92.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Antigo distrito de Mangueirinha, o atual Município de Coronel Vivida tem se destacado na produção agrícola pela reconhecida grande qualidade de suas terras, herança das florestas nativas que lhe cederam o lugar. A grande extensão, a excelente produção agrícola e pecuária e o interesse dos moradores que formaram entre os pioneiros do Sudoeste paranaense, basilararam todo o processo social e político da emancipação de Coronel Vivida que tem justificado plenamente o movimento que a originou. Pela expressão regional e estadual, merece o Povo de Coronel Vivida a homenagem ora proposta para a qual buscamos angariar a simpatia e o apoio unânime dos Nobres Pares do Legislativo.

REQUERIMENTO Nº 2116

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente

subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Voto de Congratulações pelo transcurso de mais um aniversário de Emancipação Política do Município de Enéas Marques, neste 14 de dezembro, data da sua instalação no ano de 1964.

Sala das Sessões, em 15.12.92.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Antigo distrito de Francisco Beltrão, o Município de Enéas Marques alcançou sua emancipação política e administrativa a 18 de fevereiro de 1964, pela lei nº 4.823. Era o coroamento da luta sustentada por seu Povo que, pela elevada produção agrícola e expressiva produção suinícola, reivindicava a justa alforria que lhe permitiria sustentar-se com suas próprias forças. Com a diminuição da vitalidade da atividade suinícola, Enéas Marques perdeu parte de suas reservas e teve diminuída suas receitas. Essa ameaça não diminuiu, porém o entusiasmo desse Povo trabalhador, entusiasmado e cheio de esperança que continua a trabalhar como há 28 anos para completar o processo de sua independência, fazendo por merecer a homenagem ora proposta que, esperamos, haverá de ser aprovada pela justíssima unanimidade.

REQUERIMENTO Nº 2117

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, Voto de Congratulações pelo transcurso de mais um aniversário de Emancipação Política do Município de Francisco Beltrão, neste dia 14 de dezembro.

Sala das Sessões, em 15.12.92.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Nos primeiros anos da década de 1940, a antiga Vila de Marrecas ganhava expressão, por ter sido escolhida, pela favorável posição geográfica, como sede da Colônia Agrícola General Osório que participou da defesa da Fronteira Oeste e deu base ao povoamento ativo e produtivo que estava atendendo à chamada "Marcha para Oeste", campanha idealizada e implementada pelo Governo do Senhor Getúlio Vargas para fomentar o povoamento da região Fronteiriça - especialmente com a Argentina. Destacou-se o povoado desde os seus primeiros tempos pela excelência de sua produção. Já em 1951, pela Lei Estadual nº 790, de 14 de novembro, a Vila de Marrecas foi elevada a Município, instalando-se a 14 de dezembro de 1952. Manteve a sua posição de liderança regional e chegou à importância nacional quando, em 1967, assumiu o papel de maior produção de feijão que manteve também em 1968, assegurando sua importân-

cia no Estado e justificando a merecida homenagem ora proposta, para a qual rogamos o voto unânime do Plenário.

REQUERIMENTO Nº 2118

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, voto de congratulações pelo transcurso de mais um aniversário de emancipação política do município de Itapejara do Oeste, neste dia 14 de dezembro, data da sua instalação.

Sala das Sessões, em 15.12.92.

(a) JOÃO ARRUDA.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Itapejara do Oeste resultou da emancipação de áreas dos Municípios de Francisco Beltrão e Pato Branco.

Seus pioneiros sustentaram dura e prolongada luta para alcançar essa vitória que se vem se consolidando ano a ano com sua expressiva produção agrícola e pecuária.

Apesar das grandes dificuldades impostas pela situação econômica geral do País, o Povo de Itapejara do Oeste tem mantido a posição de importância do Município, justificando a homenagem ora proposta, para a qual, respeitosamente, convocamos os Ilustres Membros do Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2119

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, voto de congratulações pelo transcurso de mais um aniversário de emancipação política do Município de Pato Branco, neste dia 14 de dezembro, data da sua instalação em 1952.

Sala das Sessões, em 15.12.92

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Já a partir de 1919 passava a existir o povoado denominado Bom Retiro, registrando-se como primeiro morador o Senhor Miguel Conrado. Em 1927, o povoado foi elevado a distrito de Clevelândia, desmembrando-se definitivamente, com a emancipação política e administrativa, pela Lei Estadual nº 790, de 14 de novembro de 1951. Conquistou desusada importância pela situação geográfica que obrigava aos viajantes que demandavam à Fronteira, a ali permanecerem para refeições e pernoites. E foi para essa localidade que os Governos do Estado e da União mandaram seus primeiros delegados - e seguiram mandando, favorecendo-lhes a moradia; o que criou um hábito e manteve a importância local como importante entreposto regional, justificando-se, pois, a importância granjeada

por Pato Branco no cenário estadual e nacional, sustentada com muito orgulho por sua laboriosa população, hoje e sempre merecedora de todas as homenagens.

Rogamos, respeitosamente, o apoio unânime dos nobres Membros do Legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2120

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de congratulações pelo transcurso de mais um aniversário de emancipação política do Município de Salgado Filho, neste dia 14 de dezembro, data da sua instalação em 1964.

Sala das Sessões, em 15.12.92

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Ao completar seus 39 anos de emancipação, o Município de Salgado Filho recebe justas homenagens do Povo sudoestino. Desmembrado dos Municípios de Francisco Beltrão e Barracão, esse ato oficializou-se pela Lei Estadual nº 4788, de 29 de novembro de 1963. As lutas dos pioneiros pela emancipação ainda aguilhoam os habitantes de Salgado Filho e os mantêm olhando fixo para o futuro que desejam conquistar. Esse povo batalhador tem feito por merecer o reconhecimento da Região e as homenagens às quais hoje nós associamos para as quais rogamos, respeitosamente, o apoio unânime dos Membros desta Assembléia Legislativa.

REQUERIMENTO Nº 2121

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de congratulações pelo transcurso de mais um aniversário de emancipação política do Município de Nova Prata do Iguaçu, neste dia 28 de dezembro de 1992.

Sala das Sessões, em 15.12.92

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Muitos anos de conversas, discussões, argumentações e de reivindicações, caracterizam a luta do povo do Distrito de Nova Prata pela emancipação da localidade. Esta não interessava ao Governo municipal, pela extraordinária importância de Nova Prata para a economia do Município. Afinal, pela Lei Estadual nº 7272, de 27 de dezembro de 1979, o Governo Estadual sancionou a emancipação e oficializou o Município de Nova Prata do Iguaçu. Sua instalação se deu em 1983, a 27 de dezembro, em razão da prorrogação dos Mandatos decidida em 1980 e que só permitiu realizarem-se eleições em 15 de novembro de 1982, quando elegeram-se o primeiro Prefeito e os Vereadores que

inauguraram a Câmara Municipal. Segue a luta dos habitantes de Nova Prata do Iguaçu, semelhante à dos pioneiros.

Povo corajoso e trabalhador que tem feito por merecer o reconhecimento e a homenagem de todos, aos quais associamos as do Poder Legislativo pelo voto unânime dos seus ilustres Membros.

REQUERIMENTO Nº 2125

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no exercício de suas funções regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, a consagração de votos de congratulações ao Senhor Antônio Carlos Basílio da Silva, por ter ganho o prêmio "Dez Jovens Destacados", versão 92, promovido pela Câmara Júnior Empresarial de Curitiba.

Sala das Sessões, em 15.12.92

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2080

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consagração na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de votos de congratulações e aplausos à toda a população da Cidade da Lapa que foi tombada como Patrimônio Histórico Nacional pelo Conselho Consultivo do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural.

Sala das Sessões, em 15.12.92

Apoiamento: Luiz Carlos Alborghetti

JUSTIFICATIVA:

O Paraná tem tradição, tem história e tem heroísmo. Nossa tradição não é baseada em lenda, não se formou por contos, nem por ouvir dizer.

Nossa tradição, nossa história e a luta pela cidadania paranaense foram feitas com coragem; com briga mesmo; com sangue; porque sangue é o tributo que cobram os heróis. E onde os heróis derramam seu sangue pelos ideais da pátria e da humanidade, é um chão sagrado.

A Lapa é um desses locais. É um chão sagrado. Por isso, nada mais justificável do que tomba a nossa "legendária" como Patrimônio Histórico Nacional.

Devemos lembrar sempre os feitos dos heróis da Lapa, mas não devemos esquecer que além dos atos heróicos de seu povo e de seus soldados na Revolução Federalista de 1893, essa terra tem nos dado em tempos modernos, cidadãos exemplares e atos não menos destemidos na defesa do Paraná e dos ideais que são de todos nós.

Falar da Lapa e das suas tradições é uma redundância, porque os nobres Pares conhecem a história e a pujança desse povo. Por isso, manifestar regozijo pelo seu tombamento como patrimônio da nossa histó-

ria é expressar o que se passa na mente e no coração de cada um de nós.

Quero, entretanto, lembrar e advertir: serei implacável e insistente cobrador de tudo aquilo que a Lapa tem direito. Sabemos que o fato de ser tombada como patrimônio histórico, suprime do município, e mais precisamente da Cidade da Lapa muitas iniciativas para seu desenvolvimento. Isto tem que ser compensado pelo que a Lapa representa para cultura, a história e tradição. Queremos uma Lapa atuante e sempre presente no cenário nacional. Não queremos que a legendaria Lapa - berço de heróis - berço da civilização - seja mais uma cidade histórica abandonada.

Alégremo-nos e regozijamo-nos, mas não deixaremos de estar atentos, como sempre estiveram seus cidadãos e seus soldados.

REQUERIMENTO Nº 2097

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de congratulações com o Clube Esportivo e Recreativo Real, de Francisco Beltrão, pela conquista da classificação para disputar o Campeonato da 1ª Divisão de Profissionais da Federação Paranaense de Futebol, a partir de 1993. Requer-se mais que do ato se dê ciência ao Presidente da Agremiação, Diretores e Associados e ao povo de Francisco Beltrão representado por seu Prefeito Municipal.

Sala das Sessões, em 15.12.92

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

O nome do Clube Real transformou-se numa lenda do esporte na Cidade de Francisco Beltrão, tendo ajudado em toda a sua trajetória, a escrever saudosas páginas esportivas para os beltronenses. Sua atual fase, iniciada a 10 de fevereiro de 1989, trouxe de novo a mística do nome do Real, o mesmo entusiasmo, a mesma garra e a mesma disposição para conquistar um lugar destacado no esporte paranaense. Uniu-se a sua diretoria com o corpo de associados e com a ajuda do comércio, da indústria, profissionais liberais, autoridades, o povo da cidade e, contando com o extraordinário apoio e entusiasmo dos torcedores, conquistou os pontos necessários, um a um, para classificar o Clube Real para as disputas da 1ª Divisão de Profissionais da Federação Paranaense de Futebol, já a partir de 1993.

Mais que uma homenagem ao Clube Esportivo e Recreativo Real, a presente proposição homenageia ao Povo de Francisco Beltrão e, particularmente, aos torcedores da agremiação pela notável conquista que recoloca a cidade no lugar de destaque que sempre mereceu entre as representadas na

mais elevada categoria esportiva paranaense.

REQUERIMENTO Nº 2102

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Dr. Roberto Requião - DD Governador do Estado do Paraná, solicitando a liberação de um Gabinete Odontológico para a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Vila Guadiana - ADEVIG, do Município de Mandaguaçu.

Sala das Sessões, em 15.12.92.

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

A ADEVIG - Associação de Desenvolvimento Comunitário de Vila Guadiana, em Mandaguaçu, vem prestando relevantes serviços à comunidade, que conta hoje, com uma população aproximada de 5000 habitantes, e cujo maior objetivo é buscar soluções para os problemas locais, que são inúmeros, devido a concentração de grande número de trabalhadores bôias-frias, pessoas carentes e que necessitam de recursos.

Como toda Associação, vê-se a braços com permanentes limitações aos seus anseios de ampliação e necessidade de atendimento, que tem como uma de suas prementes necessidades a instalação de um Gabinete Odontológico, que dado o seu custo, extrapola as limitadas possibilidades da ADEVIG em torná-la realidade.

Com a perspectiva de equacionar este problema e minorar seus efeitos sobre a comunidade é que expressivas parcelas da sociedade local têm empreendido esforços assistenciais e políticos, procurando eliminar a deficiência existente no setor.

É de fundamental importância que medidas se dirijam diante do exposto, o que, por certo, irá beneficiar os habitantes daquela região.

REQUERIMENTO Nº 2122

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, a fim de solicitar seja efetuada, neste mês de dezembro, a antecipação de transferência da parcela do ICMS aos municípios, do dia 30 para o dia 21 deste mesmo mês.

Sala das Sessões, em 15.12.92.

(a) ARLINDO TROIAN

JUSTIFICATIVA:

Compromissos financeiros assumidos pelos atuais prefeitos municipais devem ser honrados até o final do mandato. Décimo

terceiro salário e pagamentos de despesas correntes poderão ser saldados se tal antecipação for viabilizada. Esta medida será destinada a desafogar as dificuldades financeiras dos municípios cujos prefeitos pretendem concluir seu mandato com as finanças sanadas de tal forma que não onerem os cofres para o futuro administrador de seu município.

REQUERIMENTO Nº 2126

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde, Dr. Jamil Haddad, fazendo um apelo de enviar cópias de documentos e dar alguns esclarecimentos:

1. Cópia de todos os convênios assinados entre a Secretaria Estadual do Paraná e o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social / Ministério da Saúde.

2. Houve devolução de verbas da SESA-PR para o INAMPS/MS, por não cumprimento de acordos ou convênios? Se houve, solicitamos:

- a) qual foi o montante, e em qual data?
- b) qual a razão de tal devolução?

Sala das Sessões, em 15.12.92.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Sabemos que este Poder não tem base legal de requisitar documentos e informações de órgãos do Governo Federal. Como esta direção tem se pautado na defesa da democracia e da transparência administrativa, ambas necessárias, mas não suficientes para garantir avanços do Sistema Único de Saúde, acreditamos que seremos atendidos neste pleito.

REQUERIMENTO Nº 2127

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde, Doutor Jamil Haddad, fazendo um apelo de enviar cópia de documentos e dar alguns esclarecimentos:

1. Cópia de todos os convênios assinados entre a Secretaria Estadual de Saúde do Paraná e o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social / Ministério da Saúde.

2. Houve devolução de verbas da SESA-PR para o INAMPS/MS, por não cumprimento de acordos ou convênios? Se houve, solicitamos:

- a) qual foi o montante, e em qual data?
- b) qual a razão de tal devolução?

Sala das Sessões, em 15.12.92.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Sabemos que este Poder não tem base legal de requisitar documentos e informações de órgãos do Governo Federal. Como esta direção tem se pautado na defesa da democracia e da transparência administrativa, ambas necessárias, mas não suficientes para garantir avanços do Sistema Único de Saúde, acreditamos que seremos atendidos neste pleito.

REQUERIMENTO Nº 2128

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de expediente ao Senhor Coordenador de Cooperação Técnica e Controle do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social, seção Paraná, fazendo um apelo para enviar cópias de documentos e dar alguns esclarecimentos:

1. A Secretaria Estadual de Saúde do Paraná manteve algum corpo de auditores para o controle dos gastos ambulatoriais e hospitalares?

2. A Coordenadoria de Cooperação Técnica e de Controle do INAMPS-PR mantém corpo de auditores para o controle de gastos ambulatoriais e hospitalares?

3. Quantos e quais foram os acordos ou convênios assinados entre o INAMPS e o ISEP/SESA (FCMS) no período de 01.01.91 a 31.12.92.

4. Em relação aos termos aditivos 5, 6, 9, 13, 14, 15, 16 e 17, solicitamos discriminadamente:

- a) qual é a data de assinatura de cada um?
- b) qual era o montante da verba quando da ocasião da assinatura?
- c) qual é o saldo atual?
- d) se a verba foi aplicada, em qual banco e qual foi o rendimento de cada termo aditivo, até a data da resposta?

5) Quanto aos convênios com o INAMPS nº TA-6, solicitamos:

- a) termos iniciais e valores desses convênios;
- b) quanto renderam os valores que foram aplicados e não usados;
- c) quando foi liquidado.

6) Existem verbas da UCA e UCR (FEGE) depositada em bancos e sem uso? Se existe, solicitamos:

- a) quais foram as datas de depósito e qual o montante?
- b) por que este dinheiro não está sendo usado?

Sala das Sessões, em 15.12.92.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Sabemos que este Poder não tem base legal de requisitar documentos e informações de órgãos do Governo Federal. Como esta direção tem se pautado na defesa da democracia e da transparência administra-

tiva, ambas necessárias, mas não suficientes para garantir avanços do Sistema Único de Saúde, acreditamos que seremos atendidos neste pleito.

REQUERIMENTO Nº 2124

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário da Comissão Executiva deste Poder as seguintes informações:

- Segundo o Departamento de Trânsito (DETRAN) do Paraná, a Assembleia Legislativa possui 188 (cento e oitenta e oito) automóveis. Em relação a eles, solicitamos:

- a) Em que local se encontram cada um dos veículos registrados em nome da ALEP?
- b) Quem são os usuários de cada um destes automóveis?
- c) Quando foram cedidos aos seus atuais usuários?
- d) Qual a finalidade e/ou utilidade de cada automóvel?

Anexamos cópia da relação emitida pelo DETRAN, registrando 188 carros em nome da Assembleia Legislativa do Paraná.

Sala das Sessões, em 15.12.92.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

A transparência administrativa e a probidade na utilização dos recursos públicos deve ser preservada dos interesses particulares ou de grupos. E função dos parlamentares zelar pela aplicação correta dos recursos financeiros oriundos do trabalho coletivo da população. E dever dos poderes públicos prestar contas dos seus atos e assumir as responsabilidades pelos gastos que passiva ou ativamente, permitem que sejam realizados. Para cumprir este papel fiscalizador e de defesa dos interesses da população solicitamos as informações acima discriminadas.

REQUERIMENTO Nº 2081

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Secretário Estadual de Saúde, Doutor Nizan Pereira Almeida, solicitando sobre:

1. O Tribunal de Contas da União enviou documentos (cópias em anexo) a esta Secretaria, indicando irregularidades e solicitando esclarecimentos. Solicitamos cópia referente a estes documentos.

2. Solicitamos cópia, de inteiro teor do Ofício nº 789/92/GS, de 1º de junho de 92, enviando ao Doutor José da Silva Guedes (Pres. do INAMPS).

Curitiba, terça, em 15.12.92

3. Em relação aos seguintes termos aditivos 5, 6, 9, 13, 14, 15, 16 e 17, solicitamos discriminadamente:

- a) qual é a data de assinatura de cada um?
- b) qual era o montante da verba quando da ocasião da assinatura?
- c) qual é o atual saldo?
- d) se a verba foi aplicada, em qual banco e qual foi o rendimento de cada termo aditivo, até a data da resposta?

4. Solicitamos cópia de todos os convênios assinados entre o ISEP/SESA e o Governo Federal (M.S./INAMPS) durante os anos de 1991 e 92?

5. Quanto aos convênios com o INAMPS nº TA-6 com o M.S. 239/92, 103/88 e 135/91, solicitamos:

- a) termos iniciais e valores desses convênios;
- b) quanto renderam os valores que foram aplicados e não usados?
- c) quando foi liquidado?

6. Existem verbas da UCA e UCR (FEGE) depositada em bancos e sem o uso? Se existe, solicitamos:

- a) quais foram as datas de depósito e qual o montante?
- b) por que este dinheiro não está sendo usado?

Sala das Sessões, em 15.12.92.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Recentemente a Secretaria de Saúde desmentiu denúncia formulada por este parlamentar, de devolução de verbas da Secretaria para o Governo Federal.

Para que não reste nenhuma dúvida a respeito e, que tudo seja esclarecido, é que formulamos este pedido de informações.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS DILIGENCIA EM RELATORIO DE LEVANTAMENTO DE AUDITORIA

Senhor Secretário.

Tendo em vista o Levantamento de Auditoria realizado na Secretaria de Estado da Saúde do Paraná - SES/PR, no período de 04 a 22.05.92, solicitamos o pronunciamento de Vossa Senhoria, quanto a seguinte irregularidade:

"25. Inobservância dos itens II - 9.6, VIII - 27.10 e 38, o X - 41.3 da IN/SFN 03/90, do item 05.02.00.7.6 da IN/DTN 10/91 e das cláusulas segunda, II - 2.10.1 e 2.10.2, parágrafo único e décima primeira, a, do Convênio, vez que:

25.1 - a parcela liberada em 10.02.92 (Cr\$ 160.000.000,00) não foi aplicada no objeto da avença, que é o apoio à implementação do Plano de Equipamento e Supri-

mento dos Laboratórios Regionais de Referência;

25.2 - A referida quantia foi aplicada no Banco do Brasil S/A, agência Rebouças, onde se encontra sob custódia (em nome da FCMR - Convênio 239/91 SNVS - MS, conta nº 197.655/9), conforme extrato datado de 19.05.92, que apresenta saldo de Cr\$ 281.873.608,39;

25.3 - a aplicação de recursos, por mais de noventa dias, no mercado aberto, sem que tenha sido efetuado qualquer dispêndio voltado ao cumprimento do objeto do Convênio (cujo Plano de Trabalho foi aprovado pela autoridade competente), se nos afigura um descaso dos convênios na utilização de recursos públicos, com o agravante de que não foi apresentada qualquer prestação de contas e devolvidos os recursos recebidos (acrescidos de juros legais e correção monetária) até o momento, nem tampouco rescindido o Convênio; e

25.4 - a não movimentação, pela FCMR, de recursos repassados pelo MS, por período superior a três meses, já foi detectada no levantamento de Auditoria realizado na SES/PR, no exercício de 1991, ou seja, é um procedimento em que a conveniada vem incorrendo, sem que o repassador adote as providências cabíveis para coibi-lo".

Informamos que, de acordo com as normas vigentes, esta diligência se reveste de todos os requisitos de audiência prévia, ficando o responsável sujeito às penalidades cabíveis, no caso de não cumprimento.

Atenciosamente,

(a) EDNEIDE TAVARES DE A. SILVA
Inspetora Regional Substituta

A Sua Senhoria o Senhor
Secretário Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde
JOÃO BAPTISTA RISI JÚNIOR
Brasília/DF
AM/sl.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Ofício: SAG/CGOF/Nº 454/92 Em: 07/08/92
Do: Coordenador-Geral de Orçamento e Finanças / SAG-MS

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bl. "G", 2º andar

Ao: Secretário de Estado de Saúde do Paraná.

Assunto: DILIGENCIA EM RELATORIO DE AUDITORIA

Proc. 550.150/92 - OF. 749/92, de 06.07.92 - IRCE/TCU/PR

Proc. MS.25000.010169/92-07 (SNVS)

Senhor Secretário:

Cumprimentando-o, mui cordialmente, aprez-me dirigir a Vossa Excelência, em atenção ao Levantamento de Auditoria rea-

lizado nessa Secretaria de Estado, promovido pela Inspeção Regional de Controle Interno - IRCE, do Tribunal de Contas da União, embasado no inciso VII, do art. 5º, da Lei nº 8443/92, relativo ao Convênio nº 239/91, celebrado entre esta Pasta e essa Secretaria, no qual foram detectados alguns aspectos que chocam com a legislação pertinente à matéria, conforme consubstanciado no ofício em realce, cuja cópia segue em anexo.

Nestas circunstâncias, notificamos Vossa Excelência, de conformidade com o disposto no artigo 26 e seus subitens, da IN/STN/nº 003, de 27/12/90, para no prazo máximo de 30 (trinta) dias, promover o saneamento das restrições apontadas, executando a obrigação pactuada e prestando suas contas, bem como, dos rendimentos das aplicações efetuadas, que deverão reverter em benefício do aludido convênio.

Atenciosamente,

(a) SEBASTIÃO CARLOS ALVES GRILO
Coordenador-Geral de Orçamento e Finanças

Exmo. Sr.

Doutor NIZAN PEREIRA ALMEIDA
Secretário de Estado de Saúde do Paraná
Curitiba - PR

REQUERIMENTO Nº 2094

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Poder Executivo, pedido de informações, solicitando resposta aos seguintes quesitos:

1 - Relação das viagens realizadas pelo Deputado Federal Rubens Bueno, no período em que exerceu a função de Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, especificando os meios de locomoção usados e dotação orçamentária que cobriu as despesas correspondentes;

2 - Relações das importâncias recebidas a título de diárias e ajuda e custo para tais viagens, discriminando cada uma delas.

Sala das Sessões, em 15.12.92.

(a) HERMAS BRANDÃO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 431/92
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná para Érico da Silva.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.12.92.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Erico da Silva nasceu em Itajaí. Foi ourives, cartazista, ilustrador e cenógrafo. Iniciou-se em pintura no ano de 1958, através do Círculo de Artes Plásticas da Biblioteca Pública do Paraná. Concorrendo nos principais Salões Brasileiros, obteve os prêmios de 1º lugar no Salão dos Novos; 1º Prêmio para o Festival Folclórico; 2º Prêmio Salão de Curitiba; 3º Prêmio Salão Cidade de Porto Alegre; Medalha de Ouro Salão da Primavera; 1º Prêmio Salão de Arte Religiosa; Medalha de Prata, Salão Paulista de Arte Moderna; 1º Prêmio Salão Paranaense; Prêmio Governador, Salão Paulista de Arte Moderna; Prêmio FUNDEPAR, Salão Paranaense. Participou de importantes coletivas no Brasil, França, Suíça e Estados Unidos. Realizou 54 exposições individuais no Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Mato Grosso, Goiás, Brasília, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Seus quadros estão em Los Angeles, San Diego, Denver, San Francisco, Miami, Frankfurt, Bonn, Polônia, Hamburgo, Lisboa, Estocolmo, Paris, Londres, Berna, Lousanne, Caracas, São José da Costa Rica e México.

Por tudo o que fez, elevando o nome de nosso Estado e de nossa arte, nada mais justo do que lhe conceder esta singela homenagem, demonstrando todo apreço e carinho do povo do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 432/92

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná para Wilson Andrade Silva.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.12.92.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Nascido na Cidade de São Paulo, escolheu, no início da década de 60, Curitiba como novo lar.

Andrade Silva é verbete em dicionários de Artes Plásticas, editados no Brasil. Suas obras figuram nos acervos do Museu de Arte do Paraná, do Museu de Arte Contemporânea do Paraná, do Museu da Cidade de Curitiba, do Museu de Arte de Santa Catarina, do Museu de Arte de São Paulo, do Chase USA, da Coleção Jacques Costeau (França), da Prefeitura de Kobe e do Palácio Imperial do Japão.

Deste modo, propor a concessão do Título de Cidadão Honorário, é apenas pedir a homologação de um Título que o povo já lhe concedeu, acolhendo-o de braços abertos e valorizando o seu trabalho.

PROJETO DE LEI Nº 433/92

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública a "Associação Antoniana dos Idosos de São Pedro do Ivaí", com sede e foro no Município de São Pedro do Ivaí, Paraná.

Art. 2º - Esta Lei, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.12.92

(a) COSTENARO NETO

JUSTIFICATIVA:

A comunidade de idosos de São Pedro do Ivaí, através das atividades desenvolvidas pela referida Associação, tem obtido grandes mudanças nas suas rotinas de vida.

Mobilizando recursos comunitários essenciais e indispensáveis com o objetivo de despertar a esperança dos idosos e fazer dele um elemento que merece respeito, estas são as diretrizes básicas da Associação Antoniana de São Pedro do Ivaí.

Os trabalhos desenvolvidos pela Associação têm merecido destaque na comunidade, tendo em vista que os objetivos principais têm sido plenamente alcançados, através da realização de reuniões mensais, estimulando e envolvendo todos os membros alcançados pela Associação.

Por estes motivos, peço apoio dos nobres Pares integrantes desta Casa de Leis para que aprovelem este projeto por ser uma medida justa e altamente louvável por seu caráter social.

PROJETO DE LEI Nº 434/92

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Proteção à Maternidade e a Infância" - A.P.M.I., com sede e fórum no Município de Formosa do Oeste.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.12.92

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão da Entidade, tendo em vista seus objetivos educacionais, mormente nas áreas de Fisioterapia, alimentação, Assistência Social, cujos objetivos têm-se materializado ao longo de sua trajetória.

Deve-se destacar, outrossim, sua importância no atendimento às mães gestantes em geral.

PROJETO DE LEI Nº 435/92
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a ceder sob o regime de comodato, por um prazo não inferior a quatro anos, para o Município de Flor da Serra do Sul, o imóvel 8B da quadra nº 11, da planta Geral do Loteamento de Flor da Serra, matrícula 4.821, do Livro II, do Registro de Imóveis da Comarca de Barracão, pertencente ao Departamento de Estradas de Rodagem.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.12.92

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

O imóvel referido neste Projeto de Lei, destinado as instalações do Núcleo do DER, não está sendo usado pelo Governo do Estado. Encontra-se, pois, desativado. Em contrapartida, o novo Município de Flor da Serra do Sul, que será instalado em 01 de janeiro do próximo ano, carece de infra estrutura mínima para abrigar sua Administração Municipal.

A população de Flor da Serra do Sul, em parceria com os dirigentes municipais eleitos em 03 de outubro último, está construindo próprios públicos necessários e urgentes numa demonstração da pujança e dinamismo desta gente trabalhadora.

Porém, a aprovação deste texto legal, que objetiva ceder em comodato o imóvel que não está sendo utilizado pelo DER, com o intuito de poder ser aproveitado pela população, reveste-se do mais alto espírito público, que por certo será acatado pelos demais Pares e sancionado por Sua Excelência o Governador do Estado.

Encontra-se na galeria de honra o Dr. Luis Eduardo Cheida, novo Prefeito de Londrina, acompanhado do Presidente do PT daquela cidade. A Mesa registra com satisfação esta visita e vai suspender por cinco minutos a sessão, para que os Senhores Deputados possam cumprimentar.

(Reabre-se a sessão).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Sessão está reaberta.

Convido o Senhor 1º Secretário para proceder a leitura do expediente.

O SR. 1º SECRETARIO (João Arruda) - Procede a leitura do expediente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Finda a leitura do expediente.

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, concedo a pala-

vra ao Senhor Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A "Folha de São Paulo", do dia 12 deste mês, traz uma manchete: "Medicamentos apodrecem no depósito". São 386 toneladas de medicamentos básicos na Central de Medicamentos - a CEME, que apodrecem há 2 anos em um armazém. São medicamentos como penicilina, tetraciclina, neomicina, dipirona, a.a.s., portanto, medicamentos de uso básico da população brasileira.

Nós sabemos que hoje a maioria da população, cerca de 70% recebe um salário inferior a 2 salários-mínimos, não conseguindo comprar nenhum medicamento e que no Brasil, estes medicamentos chegam a custar, de acordo com denúncias da imprensa, até 21 vezes o praticado no mercado mundial.

Nós temos hoje em nosso País, uma política da indústria farmacêutica voltada a atender os interesses das multinacionais, voltada a atender os interesses das indústrias do setor privado de medicamentos. Existem apenas duas dezenas de laboratórios públicos e o que nós podemos ver, aqui no Paraná, nós temos a CEMEPAR, cujo laboratório, o LACEN, tem o papel de produzir medicamentos. Para nós termos uma idéia do descaso da política de medicamentos em nosso País, temos a manchete que mostra remédios apodrecendo. Temos um laboratório abandonado em nosso Estado.

Em 1989, para se ter uma idéia, foram produzidos um milhão e seiscentos mil frascos de benzoato de benzina. Em 1991 já produziu 300 mil a menos. E no ano de 92, no primeiro semestre, sequer produziu um frasco de benzoato de benzina. Para dar uma idéia global dessa produção, nós podemos ver que em 1989 o LACEN produziu um total de 54 milhões 849 mil e 772 frascos ou comprimidos ou tubos de pomadas num total. Em 1991, esse total foi somente de 17 milhões e 446 mil, bem abaixo já de 1989. E no ano de 1992 nós podemos dizer, sem dúvida nenhuma, que quebrou em mais de 50% a produção de 89 ou de 91.

Em 1992 de um total de 23 produtos previstos, somente 3 foram fabricados. O LACEN em 92, primeiro trimestre, de 23 produtos previstos, somente 3 foram fabricados.

Alega-se que não tem verbas para investimentos. Pois bem, o LACEN assinou um convênio com o Ministério da Saúde e chegou, em fevereiro de 1992, 160 milhões de cruzeiros. Em abril, somente em abril, ou seja, dois meses após, os técnicos do LACEN e da Secretaria Estadual de Saúde elaboraram projeto para compra de equipamentos, dando início ao processo licitatório.

Até setembro, este processo ficou sem

nenhum tipo de notícia e, quando recebeu de volta o processo, solicitava que os preços fossem novamente atualizados. Feita nova licitação e até o início de novembro, o Secretário não tinha assinado a licitação, ou seja, são 160 milhões de cruzeiros que chegaram para o laboratório do Estado, o LACEN em fevereiro de 92 e até novembro, não tinha sido comprado absolutamente nada. E o Tribunal de Contas da União, em correspondência de 16 de julho de 92 já cobrava. Diz num documento do Tribunal: a parcela liberada em 10 de fevereiro de 92, de 160 milhões de cruzeiros, não foi aplicado no objeto da avença, com o apoio e a implementação do plano de equipamento e suplemento dos laboratórios regionais de referência.

Pois bem, Senhores Deputados, a Fundação não tinha movimentado esses recursos repassados. E é sabido que a não movimentação de recursos repassados pelo Ministério da Saúde por períodos superiores a 3 meses, já tinha sido detectado no levantamento de auditoria realizada na Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, no exercício de 91. Portanto, não é a primeira vez que a Secretaria da Saúde recebe verbas e deixa sem movimentar por um período superior a 3 meses.

Como eu disse, a CEME armazena e apodrece remédios; o LACEN não produz remédios por falta de equipamentos e a verba depositada no banco não é usada. Os postos de saúde não têm medicamentos em nenhuma prefeitura.

Recebi a denúncia que a prefeitura de Curitiba estava também com falta de medicamentos. Fui até o almoxarifado e me foi dito que faltava medicamento, porque não tinha transporte, porque o medicamento estava no depósito. Não existia transporte por falta de gasolina para levar o medicamento do centro até os postos de saúde. Faltava gasolina e nós sabemos por quê. porque a prefeitura jogou e investiu pesado na eleição deste ano. A prefeitura de Curitiba liberou funcionários com hora extra e usou a máquina pública para a campanha do Deputado Rafael Greca de Macedo. Hoje falta gasolina para transportar medicamentos para os postos de saúde.

Não bastasse isso, foram dispensados 400 milhões de cruzeiros de remédios vencidos que foram jogados fora. E ainda mais, recebi a denúncia que na Rua Brasil para Cristo, no Boqueirão, tem um depósito com medicamento vencido lá depositado, e constatei solução de penicilina, vencida; Catalisam, vencido e péssimas condições de armazenamento de medicamentos que estavam lá para ser feita a análise de qualidade desses medicamentos.

Portanto, a política de medicamentos, em nosso País, seja a nível federal, esta-

dual ou municipal é de desrespeito à coletividade pública, é de deixar estragar medicamentos, em depósitos, deixando vencer. Isso também na tão propalada e eficiente administração municipal de Curitiba.

Este é o drama dos medicamentos que vive a população brasileira, é o drama de não ter remédio quando precisa, e a administração pública fica dependendo dos laboratórios do setor privado para efetuar as compras.

Mas o destrato, na questão da saúde, não diz respeito somente aos medicamentos, diz respeito como um todo! Ainda recentemente, o Secretário da Saúde, divulgou para a imprensa e fez visita nesta Casa de Leis dizendo que o Ministério da Saúde cortou verbas, verbas estas que eram o pagamento do atendimento ambulatorial.

Mas eu digo, enquanto o Ministério da Saúde cortou uma verba, eu reafirmo o que disse aqui, desta tribuna há cerca de 15 dias atrás: as verbas agora continuam a ser devolvidas, como um documento que eu li, agora há pouco, do Tribunal de Contas. Ou ainda mais, o Estado do Paraná assinou um termo aditivo, nº 9 que é de combate a cólera, aonde tem 796 milhões de cruzeiros que não é usado, e no entanto o planejamento da Secretaria Estadual de Saúde, não tem sido cumprido. De tudo que foi planejado, no 1º semestre, para ser executado no 1º semestre, de combate à cólera, como cadastro do controle de instalações hidráulico-sanitárias, este cadastro foi feito em 25% do programado. Os projetos de módulos, somente 16%, e a construção somente 8,5%. No entanto, 796 milhões de cruzeiros, são devolvidos!

O Estado do Paraná, eu reafirmo, está devolvendo cerca de 18,2% bilhões de cruzeiros, por incompetência da Secretaria de Saúde, em administrar, em planejar. E, no entanto, fica montando lobby, dizendo que foi cortado verba do atendimento ambulatorial!

Mas não diz porque estas verbas foram cortadas! Foram cortadas porque a Secretaria Estadual da Saúde não tem nenhum programa de auditoria médica, seja ambulatorial ou hospitalar, e esse dinheiro pode estar sendo usado indevidamente!

E ainda, na questão de devoluções, tenho informações que recentemente foram devolvidos 60 milhões de cruzeiros, de dinheiro que era para comprar medicamentos para combater a tuberculose, quando nós sabemos que o nosso Estado não tem os casos de tuberculose controlados. Continua aumentando a incidência dessa doença em nosso Estado!

Foram devolvidos também 800 milhões de um convênio da HEMOPAR, e nós sabemos que não há controle eficiente da qualidade do sangue, em nosso Estado, por falta de

kits, porque a Secretaria não tem comprado estes kits! Isso já ocorreu no ano passado, e voltou a ocorrer, no 1º semestre deste ano.

Enquanto o nosso Estado devolve dinheiro, a vigilância sanitária estadual, que deveria fazer assessoria para os municípios, não tem feito, de acordo com o relatório interno daquela própria Secretaria. A qualidade do sangue não é controlada, o uso de agrotóxico não é fiscalizado, as inspeções nas indústrias alimentícias são falhas ou inexistentes, o controle da cólera não se faz com a eficiência, uma vez que somente 8.5 das construções planejadas foram efetuadas, e o dinheiro está sendo devolvido.

A auditoria nas contas hospitalares não existe e nos ambulatórios é ineficiente. O sistema de referência e contra-referência, ou seja, o encaminhamento para especialistas de cidades do interior para a Capital não tem se dado porque o Estado cortou as verbas para que isso ocorresse. Mas enquanto tudo o que deve ser planejado não é feito por ineficiência da equipe técnica, que hoje se encontra naquela Secretaria, e por ineficiência do Senhor Secretário. Enquanto ele tem ineficiência no planejamento, tem grande eficiência na indicação dos parentes e dos amigos para ocupar cargo de confiança.

O Senhor Secretário, Nizan Pereira Almeida, indicou sua esposa, Rita Esmanhoto, para cargo na Secretaria, e hoje exerce o cargo de fantasma. O seu cunhado é Diretor Geral do Hospital do Portão, a sua irmã, que já era funcionária, pelo menos essa entrou pela porta da frente, e a sua cunhada, também trabalham na Secretaria. Senhor Mauro Goulart, que era Diretor da Fundação e daquela Secretaria, indicou o filho, que foi contratado por oito horas e trabalha somente quatro; indicou o tio, o Senhor Jacinto; indicou o irmão, o Senhor Sérgio, ou seja, grande eficiência na indicação de todos os parentes. Doutor Luiz Fernando Nicz, que é Diretor de Serviços de Saúde, indica a sua esposa, a Dona Edite Nicz, foi presenteada com um cargo, mas nós não sabemos se trabalha. Seu irmão, Manoel Eduardo Gomes, cunhado de Nicz, está lotado no gabinete do Secretário, mas não consta que trabalha. A esposa do Manoel, que é cunhada de Nicz, Lucia Helena Gomes, também diz que consta que trabalha na HEMEPAR, ou seja, todos levam parentes. O atual Diretor Geral, que está no lugar do Senhor Mauro Goulart, tem na sua esposa, Erlene Tedeschi, como uma das diretoras, e o Senhor Carlos Manoel como outro Diretor daquela Fundação. E assim, se nós formos fazer a lista, poderemos ficar meia hora fazendo a lista de todos que entram e levam parente para dentro da Secretaria

Estadual de Saúde, enquanto isso dezoito bilhões são devolvidos, que eu fiz a denúncia e reafirmo, continua devolvido: dinheiro para o LACEM, cento e sessenta milhões devolvidos de acordo com Parecer já dado, pedido feito já pelo Tribunal de Contas da União por não ter usado o dinheiro. Ou seja, total ineficiência em planejamento do setor de saúde; e sim extrema eficiência na indicação dos parentes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Horário das Lideranças. Com a palavra Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Queremos aqui, em nome da Bancada do Partido Social Trabalhista agradecer a todos os funcionários da Assembléia Legislativa do Paraná, desde o mais humilde ao mais graduado, pelo apoio que recebemos durante este ano de 1992. Sem dúvida, se não tivéssemos a colaboração dos funcionários que se dedicam com interesse ao trabalho do Poder Legislativo do Paraná, não teríamos a honra e a felicidade de fecharmos um ano como um exemplo de Assembléia Legislativa em todo o Território Nacional.

A Comissão Executiva desta Casa a nossa gratidão pela forma como conduziu os trabalhos. Foi um ano difícil, de recessão, com muitas dificuldades, mas a Assembléia Legislativa do Paraná, através da Mesa Executiva, cumpriu com determinação aquilo que a nossa Constituição determina. A Comissão Executiva os nossos agradecimentos.

Aos Deputados companheiros, que tivemos a felicidade de conviver durante mais este ano que finda, queremos externar a nossa profunda gratidão.

É evidente que alguns debates ocorreram, todos buscando defender os seus compromissos com suas regiões, sem dúvida cumprindo a função designada pelo voto livre e soberano do povo do nosso Estado.

Sei que encerramos um ano, mas com a consciência tranqüila de termos cumprido a nossa função, o nosso dever.

A imprensa aqui presente, que tem dado a cobertura a este Poder Legislativo fazendo as divulgações, para que a população de nosso Estado tenha conhecimento dos acontecimentos não só a nível do Legislativo, também do Executivo, a nossa gratidão.

Senhores Deputados, quero dizer que sinto dentro de mim, como companheiro que aqui já está neste Poder Legislativo no terceiro mandato que me honra receber esta confiança do meu povo de minha Região, de meu Estado, me resta apenas agradecer di-

zendo da felicidade que tivemos durante estes dois anos e a certeza da felicidade que teremos a partir de 93, porque a nossa postura nesta tribuna e nesta Casa sempre foi defender o Poder Legislativo. Temos a obrigação de defender a Casa a qual pertencemos.

Não podemos deixar que a nossa Casa seja desmoralizada por alguns interesses que não confrontam com o desejo da nossa sociedade. Não podemos misturar a insatisfação daqueles que não tiveram o sucesso almejado, tentando buscar os objetivos de denegrir a imagem do Poder Legislativo. E nós passamos por aqui, como muitos outros Deputados passaram e no futuro passarão muitos outros, mas a Casa permanece e não pode ser violentada, não pode ser massacrada pelos desejos daqueles que não correspondem aos anseios da sociedade de nosso Estado.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, desejo a todos, extensivo a todos os funcionários, todos sem distinção, também presto a minha homenagem ao setor de taquigrafia desta Casa, que vem correspondendo condignamente com seu trabalho dentro do nosso Poder Legislativo.

Só me resta dizer muito obrigado a todos, desejando a todos um Feliz Natal e um próspero ano de 1993, com grandes esperanças. Esperanças não só no nosso Estado, mas a nível nacional, na certeza que estaremos aqui a defender esse Poder que tanto merece.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Hermas Brandão.

O SR. HERMAS BRANDÃO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos ocupando hoje pela última vez o horário de Liderança do PSDB. Ontem numa reunião do diretório estadual do Partido, após uma série de acusações à Executiva do Partido, como a derrota do nosso Partido em Curitiba, como a derrota em Londrina, como a nossa derrota em Foz do Iguaçu, o Presidente da Executiva do Partido fosse culpado.

E ainda mais, pela indicação do Presidente da Frente Parlamentarista Anibal Khury por esse Presidente.

Primeiro companheiros, a Frente Parlamentarista não é do PSDB. A Frente Parlamentarista é de todos aqueles que querem o parlamentarismo no País. Nós não indicamos o companheiro Anibal Khury para Presidente. Não foi indicação pessoal nossa. Foi indicação dos companheiros que participaram de uma reunião quando foi indicado o companheiro Anibal para Presidente e o companheiro Heinz para Secretário Geral e o companheiro Geara para Tesoureiro do movimento. Também não somos culpados pela

derrota em Curitiba, sempre fomos contra o lançamento de candidatos pelo PSDB. Infelizmente o Partido lançou e foi o desastre que todos vocês conhecem.

Em Londrina nós sempre tivemos declarações otimistas em relação ao resultado das eleições, e assim mesmo fomos acusados de causadores da derrota do Deputado Federal Wilson Moreira em Londrina. Em Foz do Iguaçu também, numa entrevista a uns 90 dias antes das eleições todos no comitê de imprensa nos perguntávamos se ganharíamos as eleições em Foz do Iguaçu, eu afirmava que as eleições em Foz seria muito difícil para o PSDB.

Diante disso, diante dessas acusações nós achamos por bem ontem deixar o Partido definitivamente, não só a Presidência do Partido, mas também deixar o Partido, e para isso nós tivemos, ainda, a solidariedade de alguns companheiros, o Deputado Heinz, o Deputado Annibelli, que junto comigo deixaram a sigla do PSDB, e companheiro como Euclides Scalco que eu reputo como um dos políticos mais respeitados desse País, e mais sério também em sinal de protesto deixou a Executiva do Partido com o companheiro Nereu Massigman.

O Sr. Oswaldo Trevisan (Aparte, Assentimento) - Meu nobre Deputado Hermas Brandão eu tenho acompanhado a vida política de V.Exa. desde o tempo em que juntos no período de 77 a 82 fomos Prefeitos, eu de Cornélio Procópio e V.Exa. daquela vizinha Cidade de Andirá. Depois disso, V.Exa. foi Deputado e o é pela terceira vez. Ao longo deste tempo V.Exa. acumulou uma longa experiência política e administrativa o que o torna, de fato, um dos grandes líderes políticos da nossa região e deste Paraná.

Quando V.Exa. e outros companheiros escolheram o Presidente desta Casa, o Nobre Deputado Anibal Khury, para conduzir a Frente Parlamentarista do Paraná, Vs. Exas. escolheram um homem que, realmente, haverá de conduzir, e bem, este trabalho desta Comissão Parlamentarista. E sei que V.Exa. havia tomado decisões sem consultá-los ou sem ouvir as bases, mas tenho acompanhado em conversas com outros integrantes partidários e pela imprensa que Vossa Excelência como em todas as vezes em que toma encaminha os assuntos políticos; V.Exa. ouviu, consultou e tomou aquela decisão que representava o pensamento de todo o segmento do Partido que Vossa Excelência presidia.

No momento em que V.Exa. juntamente com o Deputado Heinz, o Deputado Annibelli deixam o PSDB, eu sei que V.Exa. deixa por razões que justificam essa sua atitude.

Nós acompanhamos também a sua vida como Presidente do PSDB e podemos testemu-

nhar, Nobre Deputado, que, nas eleições municipais últimas, V.Exa. com outros companheiros é que realmente conduziu este Partido; se em algumas cidades ele não foi vitorioso, eu tenho a dizer, não foi também por culpa de V.Exa. porque o seu trabalho V.Exa. procurou fazê-lo como sempre: da melhor maneira, com responsabilidade e com competência. Tenha certeza V.Exa. de que esta sua liderança política fará com que V.Exa. será disputado para ingressar em diversos outros partidos.

- Meus cumprimentos a V.Exa.

O SR. HERMAS BRANDÃO - Agradeço ao Nobre Companheiro Oswaldo Trevisan.

Mas, caros companheiros, esta decisão, inclusive quando resolvemos tomar ontem junto com o Deputado Heinz e com o Deputado Annibelli, foi uma decisão para não prejudicar a campanha do parlamentarismo no Paraná.

Nós, como parlamentaristas que somos, como eu me referi no início, nós do PSDB não precisávamos fazer parte da Frente porque no nosso estatuto já está e quem ingressa o PSDB é porque é parlamentarista.

Caros companheiros, nunca vimos na história política de um partido tanta vontade de aparecer como certos companheiros e, por isso, nós resolvemos, então, deixar o partido. O partido ficará agora, certamente, em outras mãos que vão procurar trabalhar pelo parlamentarismo no Paraná.

Quero conceder um aparte ao Nobre Deputado Dirceu Manfrinato.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Muito obrigado, Deputado Hermas.

Eu lamento profundamente o episódio que ocorreu com relação a V.Exa., com o Deputado Heinz e o Deputado Annibelli uma vez que nós não podemos negar que haverá, sem dúvida, um desfalque na Bancada do PSDB do Paraná. Nós tivemos a felicidade de conviver com V.Exa., convivemos com o Deputado Annibelli nesta Casa e convivemos com o Deputado Heinz como Secretário de Estado desde 1982 até as eleições de 1990 e nós sabemos profundamente o peso político que V.Exas. representam em uma sigla partidária.

E nós queremos, na oportunidade, em nome de nosso Partido, como Vice-Líder do PST, externar a V.Exas. o nosso convite, o nosso Partido estará de portas abertas, eu tenho certeza, de que se V.Exas. nos derem a honra e a felicidade de se filiarem ao nosso Partido, serão bem recebidos, não só pela nossa Bancada, como pelo nosso Líder nacional, o ex-Governador Alvaro Dias.

Eu lamento, não pertencendo a sigla do PSDB, mas por conhecer a caminhada e o início do PSDB, principalmente o que o

PSDB fez a nível do Paraná, que as grandes Lideranças que nós não podemos negar, inclusive do Senador José Richa a quem tenho grande admiração. Mas é lamentável profundamente que ocorra isto. Mas nada melhor do que o tempo, Deputado Hermas Brandão, para que o julgamento seja justo, porque V.Exas. tiveram lealdade, respeito e dedicação por uma causa que está no Estatuto Partidário do Partido que V.Exas. deixaram. Mas sempre aparece aqueles que descumprem, que querem ser o ditador, hostilizando aqueles que tanto lutaram para que o Partido fosse fortalecido como foi no Paraná.

Eu quero desejar a V.Exa. e aos companheiros que deixaram o PSDB a nossa solidariedade, do Partido Social Trabalhista, e reafirmando que é uma perda irreparável que o PSDB tem a nível de Paraná. Muito obrigado.

O SR. HERMAS BRANDÃO - Agradeço o Deputado

Dirceu Manfrinato pelo companheirismo nesta Casa. Mas caros companheiros, a vida continua. Hoje ainda recebemos manifestações de companheiros do interior, companheiros que me acompanham por muitos anos e que conhecem o nosso trabalho e que estarão sempre ao nosso lado, tanto é que hoje ainda recebemos manifestação que estarão deixando conosco o Partido PSDB quatro Prefeitos eleitos pela sigla, pelo PSDB, quatro Vice-Prefeitos e um grande número de Vereadores que nos acompanharão no futuro destino nosso.

Muito obrigado aos companheiros, especialmente ao companheiro Heinz e companheiro Annibelli pela solidariedade ontem na reunião do Diretório Estadual do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sr. Deputado Hermas Brandão, Deputado Annibelli, Deputado Heinz, lamento ter sido eu um dos motivos para esta atitude de V.Exas. desligando-se do PSDB.

Fui conduzido a dirigir a campanha do Parlamentarismo do Paraná, até contra a minha vontade. Claro que eu sou Parlamentarista convicto e vou continuar trabalhando.

O que acontece com o Prefeito eleito de Campo Mourão é que ele sempre desempenha o papel de escorpião. E eu me lembro de uma história da tartaruga que ia atravessar um lago e o escorpião lhe pediu que o carregasse nas suas costas. A tartaruga disse: "Não, você vai me matar no meio do caminho, vai me envenenar." E o escorpião disse: "Não, pode ficar tranquilo porque se eu envenenar-la vamos morrer juntos." No meio do caminho o escorpião cumpriu o seu papel: picou a tartaruga, envenenou-a e a tartaruga já nos últimos suspiros disse ao escorpião: "Por que você fez isto? Vamos

morrer juntos."E o escorpião respondeu: "Não sei. É a minha natureza." Esta é a história do atual Prefeito eleito de Campo Mourão.

Carlos Simões com a palavra.

O SR. CARLOS SIMÕES - Sr. Presidente, nobres companheiros Deputados, talvez seja pela última vez este ano que nós usamos esta tribuna desta Casa para fazermos algumas colocações em contribuição ao Estado do Paraná.

- Eu, desempenho, como todo mundo sabe, um trabalho social muito grande em Curitiba através do rádio, na Praça Rui Barbosa, há mais ou menos 8 anos. Fazemos um trabalho muito bonito, um trabalho, acima de qualquer questão política, humanitário, um trabalho de utilidade pública ao povo do Paraná. Afora minhas colocações políticas, ideológicas, no meu programa de rádio, temos ali, na verdade, um trabalho muito importante para a classe operária de Curitiba e também do Paraná.

Trago alguns dados do meu programa do mês de novembro e dezembro. Temos um quadro chamado "Bolsa de Empregos", onde a grande maioria de empresas pequenas, médias, em Curitiba e Região Metropolitana, e as donas de casa pedem empregados domésticas, jardineiros; empresas que solicitam até um grande número de empregados para novas empreitadas ou para substituição em suas empresas. Este é um trabalho que fazemos gratuitamente em louvo à classe operária da Grande Curitiba e, em especial, da Região Sul do Paraná.

Vejam, Senhores, em novembro/dezembro um dado que não é oficial do Paraná e nem comparado com o Sine, mas é um dado interessante. Nós registramos a oferta de empregos neste programa de mais ou menos 1.300 empregos até agora, mês de novembro/dezembro. Isto, até hoje pela manhã. A procura foi impressionante nestes meses, o levantamento foi feito pela minha equipe, a equipe do gabinete que trabalha comigo no rádio, da mesma forma, fez um triste levantamento: a procura no mês de novembro/dezembro ultrapassou os 10 mil, passando de 11 mil pessoas que foram em busca de empregos, que foram em busca de um novo caminho para sustentar e alimentar a sua família.

É um triste dado! Vejam vocês, somente através do meu programa uma procura extraordinária de empregos, um número assustador, um número da fome, do desespero, do desamparo, um número triste que choca o Brasil e a todos nós.

Com isto colocado, eu quero lamentar aqui desta tribuna, tristemente, lamentar profundamente as colocações feitas pelo Governador Roberto Requião ao Projeto, que não é de minha autoria, mas que hoje per-

Curitiba, terça, em 15.12.92

tence a todos nós Deputados desta Casa - O Projeto é da feliz autoria da Bancada do PT, do Rosinha, do Ovídio e do Pudell. Este Projeto é de cunho social muito importante, que ajuda, que ampara, que legaliza a ajuda à população hoje desfavorecida do Paraná, o desempregado do Paraná. Aquilo que nós colocamos aqui no dia da votação do Veto, que pelo menos o desempregado de Curitiba, do Paraná tenham no Natal água e luz e que pelo menos não passem o final do ano na escuridão e na solidão. Digo isto com tranqüilidade porque fui do Governador Roberto Requião o seu grande cabo eleitoral, o que mais atuou na sua campanha, que participou do começo ao fim do primeiro e do segundo turno na sua ajuda, no palanque, de mão em mão, de braço a braço, estava junto com o Governador Roberto Requião, junto com sua esposa, D. Maristela, nos comícios, nos circos levando a mensagem do Governador. Por isto registro isto, como já o fiz pessoalmente ao Governador do Estado, disse a ele pessoalmente da minha tristeza e da minha indignação por não ter aceitado, acatado, essa decisão tomada não por mim, nem por você, mas pela grande maioria dos Deputados aqui desta Casa, derrubando o Veto do Governador...

(E lhe tirado o som).

E propondo, então, de uma maneira legal, de uma maneira séria, constitucional, amparada pela grande maioria desta Casa, que um desempregado, um desvalido, nesta hora, desfavorecido nesta amarga hora, que tivesse este amparo da água e da luz.

Fui do Governador, até agora, com certeza um grande colaborador. Estive aqui nos momentos difíceis, de projetos complicados, estive ao seu lado, votando com o Governador Roberto Requião, com as idéias boas para o Paraná. Ajudei para que ele chegasse até aqui, levando o seu Governo.

Mas, quero registrar a minha tristeza, porque ele que é um homem que se diz tanto do povo, que fala tanto do povo, e em especial dos menos favorecidos pela sorte, não amparou, nesta hora, o desfavorecido, digo tristemente, o desgraçado da sorte, nesta hora, que está desempregado, que não tem condições de fazer, ao final do ano, uma festinha para sua esposa, para sua família, e que talvez ao final do ano, ele ainda passe o Natal na escuridão.

Registro, com tristeza este fato.

Mas ainda aguardamos, desta viagem que ele fará para os Estados Unidos, que ele veja o que é riqueza, abundância.

E pelo menos um pouco se sensibilize e volte para o Brasil e coloque, ainda a tempo, este Projeto em prática.

Registramos hoje, ainda, com tristeza, também, no meu programa de televisão, a

questão de Mandirituba. O companheiro Geraldo Cartário, que é Deputado de lá e foi Prefeito de lá, e que representa com muita dignidade esta região, registro com tristeza que o Hospital está fechado, funcionários estão em greve, Prefeitura não tem condições financeiras de bancar sozinha o Hospital, e assim por diante.

A Secretaria da Saúde, de maneira irresponsável e ditatorial, foi lá com toda a arrogância de autoridade pública que tem neste País, lacraram a UTI, porque não tinha condições de funcionamento. Lacraram o Centro de Cirurgia, que também não tinha condições de funcionamento. Lacraram também o centro de Raio X, dizendo que não havia condições de funcionamento.

Até concordo que isso seja feito, verificado, apurado. Imediatamente. Mas, por outro lado, discordo veementemente de autoridades que tomam posição desta natureza. Por que não foi lá, então, no dia seguinte, comandar sua equipe da Secretaria Estadual de Saúde Pública do Paraná, que consertasse, que apurasse, que mandasse dinheiro para colocar o Hospital, de imediato em funcionamento? Por que não faz isso? Qual é a função da Saúde Pública do Paraná? Ditadura?! Olha, fecha e acabou-se! Manda, porque tem uma carteirinha de servidor público? Não! O servidor público, acima de tudo, é um empregado do povo! E deve estar ao lado do seu povo.

Infelizmente, no Brasil, nem sempre temos e vemos esta postura das autoridades públicas do Paraná. Registro, aqui, estas duas ocorrências, com tristeza.

Registramos, também, neste dia que se passou, questões delicadas na educação pública do Paraná. Até hoje, não esclarecidas. Nós, como homem de comunicação de massa, todos os dias somos procurados por lideranças populares, de escolas da comunidade, para denunciar, mais uma vez, que estas escolas, que aquela escola está fechada! Que não ofereceu vaga para os alunos! Quer dizer, até pode ser boa intenção.

Já coloquei isso, também, pessoalmente, ao Governador Roberto Requião. Não mandei recado. Liguei para ele e fui até sua casa e coloquei tudo isso com clareza. Não é possível deixar pais, em filas, dias e noites, perdendo tempo na fila da escola pública, que é um direito líquido e obrigatório que o Estado deve prestar à sua população, à sua comunidade.

Então, são fatos que lamentamos, tristemente. Neste ano que nós estamos encerrando, registro isso para que o ano que vem não tenhamos fatos lamentáveis como estes na segurança pública, na saúde pública e na educação pública; que são, na verdade, os três esteios dos discursos dos políticos no Brasil inteiro, que na verda-

de, depois que passa a eleição a grande maioria esquece e não cumpre aquilo que falou no palanque ou em campanha.

Por isso, nós temos que tomar com clareza, com tranquilidade, posturas e críticas de construção do nosso Paraná. Nós, como Deputado e também como comunicador de massa, temos a obrigação de ajudar a construir o Paraná. Nós não estamos aqui para destruir ninguém e nada. Estamos, sim, alertando as autoridades para que se tenha um pouco mais de responsabilidade que fatos como esses não se repitam, que o discurso de campanha seja na verdade colocado em prática com tranquilidade. Sendo assim dessa forma, nós teremos com certeza um Paraná melhor.

Por isso deveremos de agora em diante reanalisar tudo com profundidade, tudo com mais tranquilidade para que as coisas realmente andem direitinho e no seu devido lugar, assim será a postura desse Deputado. Muito obrigado a todos, feliz Natal e feliz ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrando o Horário do Expediente, passamos à

ORDEM DO DIA

com a presença de 47 Senhores Deputados.

A Mesa vai submeter a votos os Requerimentos apresentados na Sessão de hoje. Tratando-se da Última Sessão Ordinária, este procedimento é perfeitamente Regimental.

Sobre a mesa, Requerimento nº 2098, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2123, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2080, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, com apoio do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2103, 2104, 2105 e 2125, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2097, 2112, 2114, 2113, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120 e 2121, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2102, de autoria do Senhor Deputado João Preis, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2122, de autoria do Senhor Deputado Arlindo Troian, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Le-

gislativa.

Requerimento nº 2111, de autoria dos Senhores Deputados Ovídio Constantino, Elio Rusch, Paulo Maia e demais Senhores Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2094, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2086, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, com apoio dos Senhores Deputados Erondy Silvério, Geraldo Cartário, Ernani Pudell e demais Senhores Deputados, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 2082, de autoria do Senhor Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 2087, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, com apoio dos Senhores Deputados Luiz Carlos Alborghetti, Lourenço Fregonese, Nelson Garcia e demais Senhores Deputados, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2124, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Ao Senhor 2º Secretário, para informar.**

Requerimentos nº 2126 e 2128, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2127, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 2081, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, Mensagem nº 153/92, subscrita pelo Senhor Governador do Estado, em exercício, constante do expediente, convocando esta augusta Assembléia Legislativa, a reunir-se, extraordinariamente, no período compreendido entre 17 do corrente mês e 15 de janeiro próximo, para apreciação de matérias relevantes de interesse público, tais como as constantes das Mensagens nº 112/92, 114/92, 132/92, 140/92, 151/92 e 152/92 e as referentes a abertura de créditos orçamentários, a constante do Projeto de Lei nº 418/92 e outras a serem oportunamente incluídas. **A Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 541/92, subscrito pelo Senhor Deputado Mário Bezerra, constante do

expediente, solicitando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 15 do corrente mês. **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Ofício nº 1402/92, subscrito pelo Senhor Deputado Severino Félix, constante do expediente, solicitando abono de faltas nas Sessões Plenárias dos dias 14 e 15 do corrente mês, em virtude de tratamento de saúde. **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente, comunicando sua ausência na Sessão Plenária do dia 15 do corrente mês, em função de viagem ao Município de Ponta Grossa. **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente, solicitando autorização deste Poder Legislativo para ausentar-se desta Casa de Leis, no período de 18 de dezembro a 10 de janeiro próximo, visando atender convite do Governo Cubano, para em Havana, falar, nos principais centros culturais, sobre sua atuação parlamentar no âmbito de projetos sociais para educação e saúde pública. **Aprovado.**

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Costenaro Neto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando a inversão da pauta da presente Sessão. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei nº 259/92. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Elio Rusch, com apoio dos Senhores Deputados Domingos Carvalho, Ovídio Constantino, Costenaro Neto e Emilia Belinati, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação, com inversão parcial da Ordem do Dia, da Sessão Ordinária, com o Projeto de Lei nº 410/92, tendo primazia sobre os demais constantes da Ordem. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento

acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 428/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 149/92, aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 3.103.000.000,00 (Três bilhões, cento e três milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Assembleia Legislativa, aprovado pela Lei Estadual nº 9883, de 26 de dezembro de 1991. Com PARECER da C.C.J.. (Publ. no D.A. nº 180, de 10.12.92 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 428/92

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, oriundo de Mensagem Governamental, visa aprovar crédito suplementar ao vigente orçamento da Assembleia Legislativa, conforme especifica o Anexo I, no valor de Cr\$ 3.103.000.000,00.

Chamada esta Comissão a apreciar tal matéria, nada encontramos que obste a normal tramitação do presente, no tocante à constitucionalidade e legalidade.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Sessões, em 15.12.92
(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
HERMAS BRANDÃO - Relator

Aprovado.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, com voto contrário da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está registrado.

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 259/92, de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, que torna obrigatória a execução do Hino Nacional Brasileiro e do Hino do Estado do Paraná, nos estabelecimentos públicos de ensino do Estado e das outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.C.E. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER DA C.C.J. **Aprovado o Substitutivo de Plenário, artigo por artigo.**

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, pelas razões já especificadas e ditas aqui nos encaminhamentos das outras discussões desse Projeto, entendendo que não é com uma obrigatoriedade de os alunos cantarem o Hino Nacional que se estabelece o civismo em nosso País, nós registramos o voto contrário da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Registrado.

Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 259/92
SUBEMENDA DE PLENÁRIO

P A R E C E R:

Objetiva a subemenda em questão dar nova redação à Lei nº 7.808, de 23 de dezembro de 1983, ampliando seu conteúdo e adequando-a aos seus reais objetivos.

Analisando a referida proposição sob os aspectos a que esta Comissão é chamada a opinar, temos que a mesma atende aos requisitos de constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e técnica legislativa, pelo que somos de parecer favorável à sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 15.12.92

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

OSWALDO TREVISAN - Relator

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 410/92, de autoria do Deputado Elio Rusch e Outros, que acresce e altera, de forma interpretativa, dispositivos da Lei Estadual nº 8.933 (Lei instituidora do ICMS). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.

Há várias emendas que serão consideradas em segunda discussão e ainda um requerimento do Deputado Dobrandino.

Requerimento - O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais solicita a esta Presidência a resposta à seguinte Questão de Ordem:

(Continua lendo).

A Mesa não tem condições de responder essa Questão de Ordem na Sessão de hoje, mas o fará na próxima Sessão.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 410/92. Em discussão. Em votação.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, Senhores Prefeitos que estão aqui presentes no Plenário. A Bancada do PT quer declarar o nosso voto favorável ao Projeto de Lei mas pretendemos dizer as razões. Nós entendemos que a polêmica que está sendo gerada com a discussão desse Projeto ela não deve ser uma questão resolvida num momento de afogadinho.

Nós entendemos, na avaliação da nossa Bancada, de que o problema que caracteriza-se neste Projeto de Lei como de Foz do Iguaçu e da Região do Lago de Itaipu, não se pode caracterizar apenas como uma questão regional ou como uma questão local.

Está se caracterizando aqui como uma

disputa entre o Município de Foz e os Municípios lindeiros ao lago de Itaipu.

E nós sabemos, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que há inúmeras hidrelétricas construídas no Paraná inclusive na Região em que residio no Sudoeste do nosso Estado, onde o Rio Iguaçu está, praticamente, feito escada de barragens de construção de hidrelétricas.

Nós entendemos que, pela lógica, todo o povo do Paraná deve ser beneficiado ou deveria ser beneficiado com a receita, com a arrecadação do ICMS que se gera dessas usinas hidrelétricas.

Alguém me fazia uma comparação hoje pela manhã de que querer que Foz do Iguaçu sozinha ficasse com o recurso da Hidrelétrica de Itaipu era o mesmo que querer que uma unidade de uma indústria e, citava-se o exemplo de um frigorífico de aves que tem produção de aves em vários municípios teria que distribuir a receita do ICMS da sede do Município o que nós não concordamos com esses argumentos que são muito simplistas.

E muito diferente a questão que se discute agora da geração de ICMS da energia elétrica de Itaipu e de qualquer usina hidrelétrica do Estado de que a geração do ICMS de uma empresa da natureza que acabei de citar. A realidade é totalmente outra.

Quando uma hidrelétrica do porte de Itaipu não foi decisão de nenhum empresário, de nenhum Governo Municipal e Estadual, mas uma decisão nacional de que os municípios que perderam as suas receitas, a sua população, a sua base territorial ou até, como por exemplo Guaíra que perdeu seu ponto turístico que geraria mais receitas para o Estado, não se dá da mesma forma simplista como a repartição de ICMS por parte de uma empresa.

Nós entendemos, por outro lado também podemos argumentar Senhores Deputados de que os municípios que tiveram o prejuízo do alagamento das suas áreas tiveram e estão tendo a compensação disso em função dos royalties produzidos que o Governo Federal distribui aos municípios que participaram do alagamento e que perderam suas áreas ao alagamento de Itaipu, como os outros municípios das outras usinas hidrelétricas do Estado.

No entanto, nós entendemos que seria muito complicado no momento num caso, no caso de Foz do Iguaçu que é o que está presente neste projeto de lei nós votarmos em relação a isso.

A nossa decisão se dá em votar favorável ao projeto apresentado aqui pelo Deputado Élio Rusch no sentido de que a aprovação desse projeto mantém a situação inalterada como está sendo feito hoje,

porque a questão pendente, do Município de Foz do Iguaçu ter ganho na Justiça está ainda em tramitação, em pendência.

Eu não conheço as palavras dos trâmites legais, mas não está sendo efetuado, portanto o projeto que nós votamos hoje mantém a situação inalterada.

Esta é a razão que nós votamos favorável ao projeto, mas não queremos concordar pura e simplesmente que se deve discutir aqui uma questão de Foz do Iguaçu e dos Municípios do Lago do Itaipu.

Nós vamos propor a partir da próxima legislatura a formação de uma comissão técnica ou parlamentar com apoio técnico do Governo e de Órgãos que poderão contribuir para isso para realmente a Assembléia faça um estudo minucioso da questão porque não é um problema que envolve apenas o Lago de Itaipu, mas o Estado do Paraná, e a população que perdeu suas áreas com os alagamentos das Usinas de Salto Santiago, Salto Osório, e será provavelmente Salto Caxias como outras regiões do Estado.

Portanto, nosso voto favorável no sentido de que permaneça como está para que o estudo seja realizado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em Votação o Projeto.

Aprovado.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA - Senhor Presidente, requeiro Verificação de Votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhores Deputados que aprovam o Projeto, queiram levantar-se.

Dezoito Senhores Deputados aprovam, não há quórum para Votação.

Convoco Sessão Extraordinária para daqui a 10 minutos.

A Mesa anuncia a convocação da Assembléia.

Em Ofício dirigido a esta Casa, que deve estar chegando, o Governador em exercício, Mário Pereira, convoca a Assembléia para a partir de 17 de dezembro a 15 de janeiro.

Sessão de instalação será no dia 17 de dezembro.

A Mesa anuncia a presença em nossa Casa do ilustre Prefeito de São José dos Pinhais, João Ferreira.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma sessão extraordinária, para logo após o término desta, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 259/92.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 428/92.

EM VOTAÇÃO:

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 410/92.

Levanta-se a sessão.

Atas de Comissões:

COMISSÃO DE TURISMO

12.^a LEGISLATURA - 2.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 2.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao primeiro dia do mês de setembro de um mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Turismo, sob a Presidência do Senhor Deputado Dobrandino da Silva, mais a presença dos Senhores Deputados membros da Comissão. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberto a presente reunião, com a seguinte Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei n° 062/92 de autoria do Deputado Anibal Khury, que considera Área Especial de Interesse Turístico, o Bálneário de Caiobã, situado no Município de Matinhos, no Estado do Paraná. Relator: Deputado Lourenço Fregonese. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Delôra Terezinha Bueno Ferreira do Amaral Carvalho, Secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) DOBRANDINO GUSTAVO DA SILVA

Presidente

DELORA F. DO AMARAL CARVALHO

Secretária

COMISSÃO DE AGRICULTURA, IND. E COMÉRCIO
2.^a SESSÃO LEGISLATIVA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 7.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos 30 (trinta) dias do mês de novembro de um mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Agricultura Indústria e Comércio, sob a Presidência do Deputado Severino Felix. Havendo número legal o Sr. Presidente declarou aberto os trabalhos, constando da Ordem do Dia o relato do Projeto de Lei n° 337/92. Na sequência o Sr. Presidente solicitou ao Deputado Antonio Costenaro que apresente o seu Parecer.

vel a sua Aprovação. Colocado em discussão e posterior votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Rubens Bremer, Secretário da Comissão.

Sala das Comissões, em 30.11.92.

(aa) SEVERINO FELIX - Presidente

RUBENS BREMER - Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

12.^a LEGISLATURA - 2.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 20.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos três dias do mês de dezembro de mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, desta Assembléia Legislativa, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Erondy Silvério e com a presença dos seguintes Deputados: Plauto Mirô Guimarães, Toti Colaço, Alceu Swarowski, Colombino Grassano, Luiz Carlos Martins, Neivo Beraldin, Mário Bezerra, Paulo Maia, Arlindo Troian, Oswaldo Trevisan, Ernani Pudell e Nelson Justus. Havendo número legal, o Senhor Presidente aprovou a ata da sessão anterior, após colocá-la em discussão e votação. Passou-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei n° 410/92 de autoria do Deputado Elio Rusch e outros. Concedido Vistas ao Deputado Colombino Grassano; 2) Projeto de Lei n° 414/92 de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Concedido Vistas à Deputada Emilia Belinati; 3) Projeto de Lei n° 403/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian - APROVADO; 4) Projeto de Lei n° 376/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Mário Bezerra - APROVADO; 5) Projeto de Lei n° 394/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Mário Bezerra - APROVADO; 6) Projeto de Lei n° 276/92 de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. O Deputado Relator, Mário Bezerra, requer diligência - DEFERIDO; 7) Proposição Veto n° 102/92 do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei n° 204/92 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermas Brandão - APROVADO; 8) Projeto de Lei n° 395/92, de autoria do Deputado Alceu Swarowski. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermas Brandão - APROVADO; 9) Projeto de Lei n° 334/92 do Poder Executivo. Concedido Vistas ao Deputado Colombino Grassano; 10) Projeto de Lei n° 409/92. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 11) Projeto de Lei n° 383/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ernani Pudell - APROVADO; 12) Projeto de Lei n° 592/91 do Poder Executivo. Após ex-

planação do Diretor Geral da Secretaria da Administração, o parecer dos Deputados em conjunto, foi aprovado. Parecer anexo. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos na data de hoje.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
ANA LUCIA ANDRETTA - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
12.^a LEGISLATURA - 2.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 30.^a SESSÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de dezembro de mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se na Sala de Reuniões da Comissão desta Assembleia Legislativa, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado Erondy Silvério e com a presença dos seguintes Deputados: Mário Bezerra, Nelson Justus, Hermas Brandão, Arlindo Troian, Colombino Grassano, Luiz Carlos Martins, Paulo Maia, Emilia Belinati, Oswaldo Trevisan, Plauto Guimarães, Elio Rusch e Cleiton Kielse. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente sessão, aprovando a ata da sessão anterior, após colocá-la em discussão, e votação. Passou-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei nº 417/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Mário Bezerra - APROVADO; 2) Projeto de Lei nº 78/91 de autoria do Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Mário Bezerra - APROVADO; 3) Projeto de Lei nº 416/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 4) Projeto de Lei nº 259/92 de autoria do Deputado Cleiton Kielse. Parecer FAVORÁVEL à Emenda, do Deputado Hermas Brandão - APROVADO; 5) Decreto Legislativo nº 09/92 da Comissão Executiva. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermas Brandão - APROVADO; 6) Projeto de Lei Complementar nº 44/91, de autoria do Deputado Neivo Beraldin. Anexo a este, o Projeto de Lei Complementar nº 48/91, de autoria do Deputado Hermas Brandão e outros. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins aos dois Projetos de Lei - APROVADO, com voto contrário do Deputado Hermas Brandão, Plauto Guimarães, Arlindo Troian e Colombino Grassano; 7) Projeto de Lei nº 334/92 do Poder Executivo. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Paulo Maia - APROVADO, com voto em separado do Deputado Colombino Grassano; 8) Emenda nº 04 ao Projeto de Lei Complementar nº 493/91 de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL à Emenda, do Deputado Colombino Grassano - APROVADO, com voto contrário dos Deputados Nelson Justus, Emilia Belinati, Paulo Maia, Mário Bezerra e Hermas Brandão; 9) Projeto de Lei nº 405/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Colombino Grassano -

APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 401/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Colombino Grassano - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 392/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Colombino Grassano - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 414/92 de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Colombino Grassano - REJEITADO. Voto em separado da Deputada Emilia Belinati. Será designado novo Relator; O Senhor Deputado Nelson Justus parabeniza a Deputada Emilia Belinati e diz ter sido irresponsabilidade ter sido criado tantos municípios neste ano, mais de 50. Irresponsabilidade também do Governo do Estado por não vetar. O Deputado Cleiton Kielse diz que os novos Prefeitos não poderão assumir suas Prefeituras sem o mínimo de condições para exercerem as atividades. O Deputado Presidente lembra que não se deve entrar no mérito e sim sobre o aspecto constitucional da matéria. 13) Projeto de Lei nº 410/92 de autoria do Deputado Elio Rusch e outros. CONCEDIDO VISTAS AO DEPUTADO HERMAS BRANDÃO. 14) Projeto de Lei nº 415/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 273/92 de autoria do Deputado João Iensen. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 298/92 de autoria do Deputado Antônio Annibelli. Parecer FAVORÁVEL à Emenda, do Deputado Paulo Maia - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 493/91 de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL às Emendas de nº 1, 2, 4 e 5. CONTRÁRIO à nº 3, pois é igual a nº 1, do Deputado Luiz Carlos Martins. O Deputado Presidente diz que a Emenda do Deputado Duílio Genari não pode ser aceita, pois vai contra o artigo 142, do Regimento Interno - Rejeitado o Parecer. O Deputado Relator justifica que foram os próprios Deputados que criaram os municípios. Devem discutir sobre o assunto, é o papel da Assembleia. 18) Projeto de Lei nº 371/92 de autoria do Deputado Cezar Silvestri. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Emilia Belinati - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 402/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Emilia Belinati - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 605/91 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL à Emenda, da Deputada Emilia Belinati - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 400/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nilton Barbosa - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 412/92, de autoria do Deputado João Arruda. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Plauto Guimarães - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 406/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Plauto Guimarães - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 410/92, de autoria do Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Plau-

to Guimarães - APROVADO, com exceção do voto do Deputado Colombino Grassano. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a presente reunião.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
ANA LÚCIA ANDRETTA - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
12.^a LEGISLATURA - 2.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 21.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de dezembro de mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça nesta Assembléia Legislativa, sob a presidência do Deputado Erondy Silvêrio e com a presença dos seguintes Deputados: Mário Bezerra, Colombino Grassano, Paulo Maia, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Antônio Costenaro Neto, Arlindo Troian, Oswaldo Trevisan, Plauto Miró Guimarães. Passou-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei nº 312/91 de autoria dos Deputados Algaci Túlio e Emilia Belinati. Parecer FAVORÁVEL com subemenda em anexo, do Deputado Colombino Grassano - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
ANA LÚCIA ANDRETTA - Secretária

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
12.^a LEGISLATURA - 2.^a SESSÃO LEGISLATIVA
7.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de dezembro de mil novecentos e noventa e dois, às dez horas, na sala de reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas, com a presença dos Senhores Deputados membros da Comissão. De acordo com o Regimento Interno e havendo número legal, usou da palavra o Sr. Presidente da Comissão, Deputado Nilton Barbosa, que declarou abertos os trabalhos, comunicando os nobres pares do recebimento nesta Comissão da prestação de contas das seguintes entidades: Protocolo nº 12.789/91 - Relatório de Atividades do Tribunal de Contas, referentes ao 3º e 4º trimestres/91; Protocolo nº 848/92 - Relatórios Anuais das Secretarias de Estados e Autarquias; Protocolo nº 1.963/92 - Balanço da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná FAMEPAR; Protocolo nº 1.947/92 - Relatório de Atividades da Procuradoria Geral da Justiça; Protocolo nº 2.929/92 - Superintendência de Recursos Humanos e Meio Ambiente - SUREHMA; Protocolo nº 1.962/92 - Balanço FDU-FAMEPAR; Protocolo nº 2.459/92 da Universidade Estadual de Ponta Grossa; Protocolo nº 2.872/92 - do Departamento de Compras - DECOM; Protocolo nº 2.839/92 - da Rádio e TV Educativa

do Paraná; Protocolo nº 2.776/92 - da CLASPAR; Protocolo nº 2.842/92 da Universidade Estadual de Maringá; Protocolo nº 2.980/92 e 2.928/92 do BANESEAD; Protocolo nº 2.981/92 Relatório de Atividades do 1º Trimestre do Tribunal de Contas; Protocolo nº 2.908/92 - da Cia. de Saneamento do Paraná - SANEPAR; Protocolo nº 2.979/92 - Cia. Paranaense de Energia Elétrica - COPEL; Protocolo nº 2.923/92 - da Fundação Caetano Munhoz da Rocha; Protocolo nº 3.324/92 da Receita do Estado do Paraná; Protocolo nº 3.300/92 - da Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR; Protocolo nº 3.478/92 - Departamento Estadual de Arquivo Público - DEAP; Protocolo nº 3.489/92 do Departamento Estadual de Transporte Oficial - DETO; Protocolo nº 3.497/92 do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE; Protocolo nº 3.546/92 do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN; Protocolo nº 3.916/92 do Serviço da Loteria do Estado do Paraná - SERLOPAR; Protocolo nº 3.697/92 - da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC; Protocolo nº 3.673/92 da Universidade Estadual de Londrina - UEL; Protocolo nº 3.924/92 da Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná - CODAPAR; Protocolo nº 4.515/92 da Banestado Corretora de Câmbio; Protocolo nº 4.724/92 DECOM; Protocolo nº 5.823/92 do Relatório de Atividades do Tribunal de Contas; Protocolo nº 5.173/92 do Banestado; Protocolo nº 6.361/92 do Relatório de Atividades do Tribunal de Contas - 2º Trimestre/92; Protocolo nº 6.687/92, 7.378/92 e 8.255/92 - DECOM; Protocolo nº 9.375/92 do Relatório de Atividades do Tribunal de Contas - 3º trimestre/92. Os referidos documentos encontram-se à disposição dos Senhores Deputados e demais pessoas interessadas, na Comissão de Tomada de Contas, para quaisquer consultas e manuseio. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, marcando a próxima reunião quando da existência de matéria e para constar, lavrei a presente Ata que, após lida, aprovada e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Nilton Barbosa e por mim, Maria Regina Subtil, Secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) NILTON BARBOSA - Presidente
MARIA REGINA SUBTIL - Secretária

Atos da Presidência:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 008/92

Data: 24 de novembro de 1992

Súmula: Aprova o Convênio de ratificação e retificação de ato de igual natureza, que criou o CODESUL e o BRDE.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica aprovado o convênio celebrado em 17 de outubro de 1992, entre os Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, de ratificação e de retificação de atos constitutivos do Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul (CODESUL) e do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), que pelo citado convênio passaram a denominar-se, respectivamente, Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (CODESUL) e Banco Regional de Desenvolvimento e Integração (BRDI).

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 24.11.92

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

DECRETO LEGISLATIVO Nº 010/92

DATA: 14 de dezembro de 1992.

SOMULA: Retifica o Decreto Legislativo nº 007/92 de 19/11/92. (Afastamento do Governador do País).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Retifica o Decreto Legislativo nº 007/92, de 19 de novembro de 1992, que autoriza o Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, a ausentar-se do País, com destino aos Estados Unidos da América do Norte, a fim de que a mesma abranja também o Canadá e que seja prorrogada até 04 de janeiro de 1993.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 14.12.92.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

Ato da Comissão Executiva:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E:

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 338/92

Retificar o Ato da Comissão Executiva nº 197/92, de 22 de junho de 1992, que aposentou, a pedido, Gerson Nemes, matrícula nº 506, ocupante do cargo de Consultor Técnico A-NU-2, do quadro de pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, nos termos do art. 35, inciso III, letra "a", da Constituição Estadual, com proventos mensais e integrais ao seu cargo efetivo, segundo o inciso I, do Art. 140, da Lei nº 6.174/70; vinte por cento (20%) de gratificação inerente à Simbologia D.A.S.-3, conforme disposto no Parecer da Procuradoria Geral desta Casa, em folhas nº 21 e de acordo com o Art. 140, inciso III e parágrafo 2º e art. 159, da Lei nº 6.174/70; cinco (05) quinquênios e de acordo com o Art. 170 e parágrafo único, da Lei nº 6.174/70; cinco (05) adicionais de acordo com o Art. 37, inciso XIV, da Constituição Federal e Resoluções nºs 7894/91 e 4347/92, do Tribunal de Contas do Estado; cem por cento (100%) de gratificação pela prestação de serviços em regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, de acordo com o Art. 1º, da Lei nº 6.794/76, com nova redação dada pelo art. 6º, da Lei Complementar nº 21 e conforme o que dispõe o Decreto Legislativo nº 229/85, resultando em proventos retificados de Cr\$ 7.843.662,96 (sete milhões, oitocentos e quarenta e três mil, seiscentos e sessenta e dois cruzeiros e noventa e seis centavos) perfazendo o total anual de Cr\$ 94.123.955,52 (noventa e quatro milhões, cento e vinte e três mil, novecentos e cinquenta e cinco mil e cinquenta e dois centavos).

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 11.12.92

ANIBAL KHURY

Presidente

JOÃO ARRUDA

1º Secretário

ADEMAR LUIZ TRAIANO

2º Secretário